MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuários Independentes, referentes à MAPFRE Seguros Gerais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus impactos
A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos cem anos com consequências sociais e econômicas a pessoas e empresas.
Autoridades de todo o mundo têm tomado medidas restritivas para conter a transmissão da doença. Essas restrições acarretam impactos profundos na economia, uma vez que parte preponderante da atividade econômica pressupõe que as pessoas sejam ativas, socialmente e profissionalmente. Ainda que as incertezas em relação à duração das restrições dificultem a quantificação desses impactos, alguns indicadores de atividade econômica já demonstram sinais de enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.
Nessa linha, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos, seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais.
Estabelecemos pilares de atuação contra os impactos da Covid-19 que o Grupo MAPFRE adotou:
a) Garantir o bem-estar de nossos colaboradores
I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazê-lo;
II. Comunicação transparente por meio de *e-mails,* portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos pelo nossos CEOs e Diretores comunicando novidades referentes à Covid-19;
III. Plano de retomada de forma gradativa;
IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus).
b) Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível
I. De serviços gratuitos de Orientação Médica por Telefone (OMT) aos segurados de vida e telemedicina no programa MAPFRE Cuidando de Você;
II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pelo Covid-19 nas apólices de vida, habitacional e prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice;
III. Renovação do seguro auto, residencial e rural com as mesmas condições e preços de 2019.
IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24 horas e suporte complementar, como proteção digital e *help desk*.
V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e perícia de automóveis.
c) Manter o funcionamento normal das operações em condições anormais
I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas, além de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus;
II. Atualização do valor do bônus performance para as assistências 24h, um adicional acordado entre a MAPFRE e os prestadores que entregam serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos;
III. Oferta de treinamentos online à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE.
No campo social, por meio da Fundación MAPFRE, apoio a projetos que ajudaram a população no combate ao coronavírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos. Doação de mais R$ 16 milhões para apoio a iniciativas de instituições governamentais e entidades de saúde, tanto de prevenção da disseminação da pandemia, quanto no tratamento da infecção.
Prêmios Emitidos
Os prêmios emitidos totalizaram no ano de 2020 R$ 6.746,4 bilhões, com aumento de R$ 698,2 milhões ou 11,5% em relação ao ano anterior. O crescimento ocorreu em função da Incorporação ao final de 2019 da Brasilveículos Companhia de Seguros, que participa de 12% do total de prêmios emitidos e destaque para a carteira de Grandes Riscos que apresentou o crescimento de 32% em relação ao ano anterior.
Sinistralidade
Em 2020, a sinistralidade foi de 49,3%, com redução de 14,9% em relação ao ano anterior. A redução da sinistralidade foi notada nas carteiras de autos e grandes ricos.
Despesas Administrativas
No exercício de 2020, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 11,8%, aumento de 1,5p.p. em relação ao exercício de 2019. Já em valores absolutos as despesas administrativas totalizaram R$ 819,7 milhões, sendo R$ 171,8 milhões superior ao montante do mesmo período do ano anterior que foi de R$ 647,9 milhões, crescimento este justificado pela incorporação da Brasilveículos Companhia de Seguros.
Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou no ano de 2020 R$ 312,6 milhões, aumento de R$ 99,9 milhões ou 47,0% em relação ao ano anterior.
Resultado do Exercício
Em 2020, o lucro líquido totalizou R$ 224,0 milhões, aumento de R$ 166,0 milhões em relação ao ano anterior.
Índice Combinado
O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no exercício de 2020 foi de 99,4%, redução de 2,5p.p. em relação aos 101,9% do exercício de 2019. Esta variação decorre, da redução de 14,9p.p. do índice de sinistralidade, em compensação do aumento de 13,1p.p. do índice de operações com resseguro impactado pelas operações em dólar.
O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2020 foi de 94,9%, redução de 3,6p.p. em relação ao ano anterior.
Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Seguros Gerais S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.
A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.
Eventos Societários
Após obtenção de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de março de 2020, foi realizada a incorporação e, por consequência, a extinção da MAPFRE Serviços S.A., pela MAPFRE Seguros Gerais S.A.
A incorporadora detinha 100% de participação societária da incorporada.
Declaração de Capacidade Financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Seguros Gerais S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R$ 901,7 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
Controles Internos
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.
Periodicamente, a MAPFRE Seguros Gerais S.A. realiza testes de controles internos, que visam evitar autuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.
Compliance
O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e alterações e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.
Governança de Dados e Segurança da Informação
Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.
Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Circulante		**6.710.056**	**8.559.565**	**7.238.600**
Disponível	**5**	**58.898**	**95.399**	**23.841**
Caixa e bancos		58.898	95.399	23.841
Equivalente de caixa	**5**	**31.573**	**31.326**	**23.520**
Aplicações	**6**	**802.827**	**2.640.821**	**1.909.989**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**2.329.850**	**2.209.797**	**2.086.087**
Prêmios a receber	7	2.200.755	2.093.761	1.644.763
Operações com seguradoras		5.993	5.152	16.391
Operações com resseguradoras	8a	123.102	110.884	424.933
Outros créditos operacionais	**9**	**68.690**	**163.655**	**51.617**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**8a**	**2.481.236**	**2.432.345**	**2.299.828**
Títulos e créditos a receber		**337.770**	**327.903**	**291.457**
Títulos e créditos a receber	10a	168.773	127.908	131.868
Créditos tributários e previdenciários	29b	145.072	161.721	127.388
Outros créditos	10d	23.925	38.274	32.201
Outros valores e bens		**107.166**	**104.926**	**63.082**
Bens à venda	11a	35.409	30.583	62.625
Outros valores	11b	71.757	74.343	457
Despesas antecipadas		**11.892**	**11.491**	**10.819**
Custos de aquisição diferidos	**12**	**480.154**	**541.902**	**478.360**
Seguros		480.154	541.902	478.360
Ativo não circulante		**6.059.487**	**4.076.482**	**2.796.433**
Realizável a longo prazo		**5.635.150**	**3.754.671**	**2.452.336**
Aplicações	**6**	**3.541.304**	**1.384.524**	**999.886**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**41.469**	**30.376**	**75.684**
Prêmios a receber	7	41.469	30.376	75.684
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**8a**	**178.682**	**356.395**	**152.226**
Títulos e créditos a receber		**1.718.942**	**1.852.602**	**1.123.935**
Créditos tributários e previdenciários	29b	916.844	994.504	908.589
Depósitos judiciais e fiscais	26a	802.098	858.098	215.346
Custos de aquisição diferidos	**12**	**154.753**	**130.774**	**100.605**
Seguros		154.753	130.774	100.605
Investimentos		**1.042**	**4.074**	**7.026**
Participações societárias		996	4.028	6.992
Outros investimentos		46	46	34
Imobilizado	**13**	**55.113**	**49.884**	**68.758**
Imóveis de uso próprio		20.421	21.400	32.910
Bens móveis		15.098	14.540	18.796
Outras imobilizações		19.594	13.944	17.052
Intangível	**14**	**368.182**	**267.853**	**268.313**
Total do ativo		**12.769.543**	**12.636.047**	**10.035.033**

Passivo	Nota	2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Circulante		**7.674.247**	**7.595.218**	**6.717.281**
Contas a pagar		**622.987**	**469.469**	**350.543**
Obrigações a pagar	15	441.872	297.645	207.441
Impostos e encargos sociais a recolher	16	133.831	131.801	108.516
Encargos trabalhistas		34.377	29.822	25.526
Impostos e contribuições	17	12.907	10.201	9.060
Débitos de operações com seguros e resseguros		**1.193.024**	**835.386**	**1.169.015**
Prêmios a restituir		7.048	4.282	–
Operações com seguradoras	18	82.990	22.666	64.026
Operações com resseguradoras	8b	781.096	499.747	873.271
Corretores de seguros e resseguros	19	226.102	217.015	151.176
Outros débitos operacionais	20	95.788	91.676	80.542
Depósitos de terceiros	**21**	**276.362**	**304.084**	**141.691**
Provisões técnicas - seguros	**22**	**5.581.874**	**5.986.279**	**5.056.032**
Danos		5.343.839	5.739.878	4.794.873
Pessoas		233.864	246.401	261.159
Vida		4.171	–	–
Passivo não circulante		**2.351.580**	**2.528.775**	**1.360.649**
Provisões técnicas - seguros	**22**	**1.536.523**	**1.623.361**	**1.041.769**
Danos		1.314.676	1.470.047	887.443
Pessoas		206.597	153.314	154.326
Vida		15.250	–	–
Outros débitos		**815.057**	**905.414**	**318.880**
Provisões judiciais	26	815.057	905.414	318.880
Patrimônio líquido	**27**	**2.743.716**	**2.512.054**	**1.957.103**
Capital social		2.408.177	2.408.177	2.072.858
Reservas de capital		542	542	542
Reservas de reavaliação		397	397	397
Reservas de lucros		243.922	73.127	–
Ajustes de avaliação patrimonial		90.678	29.811	11.098
Prejuízo acumulado		–	–	(127.792)
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.769.543**	**12.636.047**	**10.035.033**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019 (reapresentado)
Prêmios emitidos	28b	6.746.361	6.048.105
(–) Variações das provisões técnicas de prêmios	28c	208.739	234.020
(=) Prêmios ganhos	**28a**	**6.955.100**	**6.282.125**
(–) Sinistros ocorridos	28d	(3.425.879)	(4.030.059)
(–) Custos de aquisição	28e	(1.317.009)	(1.403.408)
(+/–) Outras receitas e despesas operacionais	28f	(333.927)	(236.897)
(–) Resultado com operações de resseguro	**28g**	**(842.348)**	**60.609**
(+) Receitas com resseguro		832.121	1.380.428
(–) Despesas com resseguro		(1.708.121)	(1.341.068)
(+) Outros resultado com resseguros		33.652	21.249
(–) Despesas administrativas	28h	(819.717)	(647.876)
(–) Despesas com tributos	28i	(174.088)	(140.933)
(+) Resultado financeiro	28j	312.572	212.664
(+) Resultado patrimonial		89	1.094
(=) Resultado operacional		**354.793**	**97.319**
(+/–) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(204)	19.876
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**354.589**	**117.195**
(–) Imposto de renda	29a	(60.646)	(612)
(–) Contribuição social	29a	(42.198)	(10.522)
(–) Participações sobre o resultado		(27.752)	(48.109)
(=) Lucro líquido do exercício		**223.993**	**57.952**
(/) Quantidade de ações		1.692.948.892	1.692.948.892
(=) Lucro líquido por ação		0,13	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**223.993**	**57.952**
Outros resultados abrangentes	**60.867**	**18.713**
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	101.445	28.816
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(40.578)	(10.518)
Saldo de incorporação (Nota explicativa nº 32b)	–	415
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	**284.860**	**76.665**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital: Ágio na subscrição de ações	Reservas de capital: Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**2.072.858**	**497**	**45**	**397**	**–**	**–**	**11.098**	**(127.792)**	**1.957.103**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	–	18.298	–	18.298
Saldo de incorporação (nota explicativa nº 32b)	335.319	–	–	–	67.064	40.061	415	35.842	478.701
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	57.952	57.952
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	–	–	–	–	–	(33.998)	–	33.998	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**2.408.177**	**497**	**45**	**397**	**67.064**	**6.063**	**29.811**	**–**	**2.512.054**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	–	–	60.867	–	60.867
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	223.993	223.993
Reserva legal	–	–	–	–	11.200	–	–	(11.200)	–
Reserva de investimentos	–	–	–	–	–	159.595	–	(159.595)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	(53.198)	(53.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.408.177**	**497**	**45**	**397**	**78.264**	**165.658**	**90.678**	**–**	**2.743.716**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

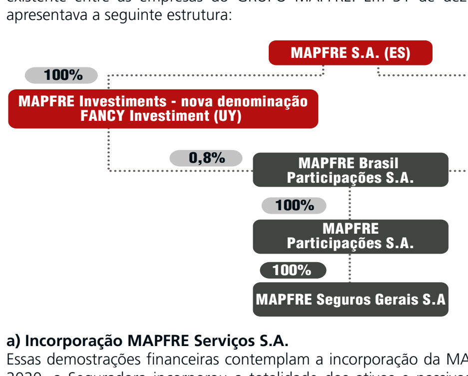
	2020	2019 (reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	223.993	57.952
Ajustes para:	**3.804.601**	**3.971.180**
Depreciação e amortizações	72.284	72.480
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(63.665)	(70.943)
Variações das provisões técnicas	3.784.459	3.935.267
Ganhos e perdas com ativos não correntes	204	19.566
Resultado de equivalência patrimonial	38	(124)
Outros ajustes	11.281	14.934
Variação nas contas patrimoniais:	**(3.803.058)**	**(3.897.482)**
Aplicações	(257.919)	108.524
Créditos das operações de seguros e resseguros	(107.240)	567.739
Ativos de resseguro e provisões técnicas	128.822	(336.686)
Créditos tributários e previdenciários	77.952	13.756
Outros valores e bens	4.606	(2.022)
Despesas antecipadas	(401)	1.904
Custos de aquisição diferidos	37.769	48.162
Tributos diferidos	16.457	(8.144)
Outros ativos	76.158	(109.404)
Depósitos judiciais e fiscais	76.995	(43.594)
Obrigações a pagar	90.909	59.101
Impostos e contribuições	78.320	18.263
Débitos de operações com seguros e resseguros	361.858	(413.844)
Depósitos de terceiros	(27.722)	155.552
Provisões técnicas - seguros (nota nº22)	(4.275.702)	(4.009.857)
Provisões judiciais	(90.505)	67.406
Outros passivos	6.585	(14.338)
Caixa gerado pelas operações	**225.536**	**131.650**
Imposto de renda pago sobre o lucro	(42.132)	(6.672)
Contribuição social pago sobre o lucro	(33.483)	(10.450)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**149.921**	**114.528**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	**–**	**3.326**
Investimentos	–	3.326
Pagamento pela compra:	**(186.175)**	**(42.105)**
Imobilizado	(19.725)	(3.380)
Intangível	(166.450)	(38.725)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(186.175)**	**(38.779)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Incorporação	–	3.615
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**–**	**3.615**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(36.254)**	**79.364**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**126.725**	**47.361**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**90.471**	**126.725**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Seguros Gerais S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e cosseguros nos ramos de vida e elementares, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38. A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



a) Incorporação MAPFRE Serviços S.A.
Essas demostrações financeiras contemplam a incorporação da MAPFRE Serviços S.A. em 1º de abril de 2020, a Seguradora incorporou a totalidade dos ativos e passivos dos quais era controladora, com o objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais e administrativos. Os acionistas aprovaram a incorporação através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2020. Os saldos contábeis incorporados estão apresentados abaixo:

Ativo	
Circulante	**6.224**
Equivalente de caixa	**6.173**
Títulos e créditos a receber	**50**
Créditos tributários e previdenciários	50
Outros valores e bens	**1**
Ativo não circulante	**60**
Realizável a longo prazo	**60**
Títulos e créditos a receber	**60**
Créditos tributários e previdenciários	50
Depósitos judiciais e fiscais	10
Total do ativo	**6.284**
Passivo	
Circulante	**121**
Contas a pagar	**121**
Obrigações a pagar	119
Impostos e contribuições	1
Outras contas a pagar	1
Passivo não circulante	**148**
Outros débitos	**148**
Provisões judiciais	148
Patrimônio líquido	**6.015**
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.284**

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Comparabilidade:** Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 (derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018), as demonstrações do resultado e do fluxo de caixa do exercício de 2019, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência de nova orientação SUSEP, a qual descrevemos: Anteriormente, a Circular SUSEP nº 517/2015 determinava que as operações decorrentes dos consórcios do seguro DPVAT deveriam ser tratadas contabilmente como cosseguro, de modo que as receitas e despesas eram registradas pela Seguradora Líder (administradora do consórcio dos seguros DPVAT), sempre pelo valor bruto e os repasses de receita e as recuperações de despesas transferidas às consorciadas, eram registrados em contas específicas da operação do DPVAT. A partir de janeiro de 2020, entrou em vigor a Circular SUSEP nº 595/19 e orientação apresentada no Manual de Práticas Contábeis emitido pela SUSEP, os quais definiram que, as operações do seguro DPVAT deverão ser registradas, unicamente, em conta de ativo a receber referente à apuração mensal da margem de resultado em contrapartida de outras receitas operacionais. Conforme orientação da Circular DIAFI nº 007/2020, emitida pela Seguradora Líder do Consócio DPVAT S.A., efetuamos as reclassificações entre ativos e passivos relacionados as operações do Seguro DPVAT, nos saldos de abertura das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, que eram apresentados, substancialmente, nas rubricas de Aplicações Financeiras, Provisões Técnicas de Seguros, Prêmios emitidos e Sinistros ocorridos. Abaixo, demonstramos resumo dos saldos originalmente apresentados e que estão reapresentados, para a correta comparabilidade às demonstrações financeiras:

Ativo	Nota	01/01/2019	Reclassificações	01/01/2019 (reapresentado)
Circulante		**7.630.797**	**(392.197)**	**7.238.600**
Aplicações	**6**	**2.302.050**	**(392.061)**	**1.909.989**
Outros créditos operacionais	**9**	**51.753**	**(136)**	**51.617**
Outros - ativo circulante		**5.276.994**	**–**	**5.276.994**
Ativo não circulante		**2.796.433**	**–**	**2.796.433**
Total do ativo		**10.427.230**	**(392.197)**	**10.035.033**

Passivo	Nota	01/01/2019	Reclassificações	01/01/2019 (reapresentado)
Circulante		**7.074.127**	**(356.846)**	**6.717.281**
Débitos de operações com seguros e resseguros		**1.169.147**	**(132)**	**1.169.015**
Outros débitos operacionais	20	80.674	(132)	80.542
Outros - débitos operacionais com seguros e resseguros		1.088.473	–	1.088.473
Provisões técnicas - seguros	**22**	**5.412.746**	**(356.714)**	**5.056.032**
Danos		5.151.587	(356.714)	4.794.873
Outros - provisões técnicas - seguros		261.159	–	261.159
Outros - passivo circulante		**492.234**	**–**	**492.234**
Passivo não circulante		**1.396.000**	**(35.351)**	**1.360.649**
Provisões técnicas - seguros	**22**	**1.077.120**	**(35.351)**	**1.041.769**
Danos		922.794	(35.351)	887.443
Outros - provisões técnicas - seguros		154.326	–	154.326
Outros - passivo não circulante		**318.880**	**–**	**318.880**
Patrimônio líquido		**1.957.103**	**–**	**1.957.103**
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.427.230**	**(392.197)**	**10.035.033**

Ativo	Nota	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019 (reapresentado)
Circulante		**8.956.845**	**(397.280)**	**8.559.565**
Aplicações	**6**	**3.036.384**	**(395.563)**	**2.640.821**
Outros créditos operacionais	**9**	**165.372**	**(1.717)**	**163.655**
Outros - ativo circulante		**5.755.089**	**–**	**5.755.089**
Ativo não circulante		**4.076.482**	**–**	**4.076.482**
Total do ativo		**13.033.327**	**(397.280)**	**12.636.047**

Passivo	Nota	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019 (reapresentado)
Circulante		**7.959.613**	**(364.395)**	**7.595.218**
Débitos de operações com seguros e resseguros		**837.727**	**(2.341)**	**835.386**
Outros débitos operacionais	20	94.017	(2.341)	91.676
Outros - débitos operacionais com seguros e resseguros		743.710	–	743.710
Provisões técnicas - seguros	**22**	**6.348.333**	**(362.054)**	**5.986.279**
Danos		6.101.932	(362.054)	5.739.878
Outros - provisões técnicas - seguros		246.401	–	246.401
Outros - passivo circulante		**773.553**	**–**	**773.553**
Passivo não circulante		**2.561.660**	**(32.885)**	**2.528.775**
Provisões técnicas - seguros	**22**	**1.656.246**	**(32.885)**	**1.623.361**
Danos		1.502.932	(32.885)	1.470.047
Outros - provisões técnicas - seguros		153.314	–	153.314
Outros - passivo não circulante		**905.414**	**–**	**905.414**
Patrimônio líquido		**2.512.054**	**–**	**2.512.054**
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.033.327**	**(397.280)**	**12.636.047**

Demonstrações de resultado	Nota	31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019 (reapresentado)
Prêmios emitidos	28b	6.088.119	(40.014)	6.048.105
(–) Variações das provisões técnicas de prêmios	28c	230.727	3.293	234.020
(=) Prêmios ganhos	**28a**	**6.318.846**	**(36.721)**	**6.282.125**
(+) Receita com emissão de apólices		10.940	(10.940)	–
(–) Sinistros ocorridos	28d	(4.058.961)	28.902	(4.030.059)
(–) Custos de aquisição	28e	(1.403.415)	7	(1.403.408)
(+/–) Outras receitas e despesas operacionais	28f	(245.279)	8.382	(236.897)
(–) Despesas administrativas	28h	(658.962)	11.086	(647.876)
(+) Resultado financeiro	**29j**	**213.636**	**(972)**	**212.664**
(+) Receitas financeiras		310.248	(21.508)	288.740
(–) Despesas financeiras		(96.612)	20.536	(76.076)
(+) Resultado patrimonial		1.148	(54)	1.094
Outros - resultado operacional		80.324	–	80.324
(=) Resultado operacional		**97.629**	**(310)**	**97.319**
(+/–) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		19.566	310	19.876
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**117.195**	**–**	**117.195**
Outros - resultado com impostos e participações		(59.243)	–	(59.243)
(=) Lucro líquido do exercício		**57.952**	**–**	**57.952**

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e de financiamentos nos fluxos de caixa para os períodos apresentados. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3j, 3k, 22 e 25 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 10b - Ressarcimento a receber - estimados; • Nota 7 - Prêmios a Receber (redução ao valor recuperável); • Nota 3l e 26 - Provisões judiciais; e • Nota 3q e 29 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil (R2) (IFRS 16):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2019, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Um arrendatário reconhece um ativo e direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A referida norma foi referendada pela SUSEP e entrará em vigor a partir de 4 de janeiro de 2021. A Seguradora aplicará as alterações a partir de 4 de janeiro de 2021, essa aplicação não terá impacto nos montantes apresentados para 31 de dezembro de 2020 e períodos anteriores. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais. Em 31 de dezembro de 2020, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento da Seguradora no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis são apresentados na nota explicativa nº 28k. **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023. **Prêmio de Reintegração:** De acordo com o Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador, elaborado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, vigente a partir de janeiro de 2020, houve a alteração do fato gerador do registro contábil do prêmio de reintegração passando do momento da liquidação para o momento do aviso de sinistro e sua vigência se dará em 1º de janeiro de 2021. A Administração avaliou e entende não ser relevante o impacto às demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Caixa e equivalente de caixa:* Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

continua

continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. *vi. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* Tendo como referência a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6 inciso 1º, 3º e 7º e artigo 7º, a Seguradora reconhece uma Redução ao Valor Recuperável - RVR, conforme estudo, sobre os prêmios a receber diretos e aceitos líquidos de comissões, comissão de estipulante, cosseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e Despesa de Comercialização Diferida - DCD. É reconhecida a totalidade dos recebíveis vencidos e não pagos de riscos decorridos referentes as apólices cujo a vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Para os prêmios diretos de riscos a decorrer adotamos estudo técnico que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, representada por percentuais de perdas, segregados entre faixas de vencimento. No que se refere aos prêmios a receber aceitos é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 dias da data do vencimento. Ainda, o montante da redução ao valor recuperável corresponde a totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. A Redução ao Valor Recuperável - RVR sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Outros valores e bens: • Bens a venda - Salvados:** Substancialmente oriundo de indenizações integrais, os salvados a venda são estimados e contabilizados, pelo resultado na combinação do histórico de vendas da Seguradora e da tabela FIPE ou Molicar, líquido dos custos de venda. **• Salvados e ressarcimentos estimados:** Salvados e ressarcimentos estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros, de um determinado histórico. A Seguradora registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados, os salvados são registrados no grupo de "Outros valores e bens" e os ressarcimentos são registrados em "Títulos e créditos a receber" conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13. **e) Intangível:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e os canais de distribuição (canal *affinity*). As despesas relacionadas à manutenção de "*softwares*" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 14 e contrato de exploração de canal *affinity*, com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos no referido canal. **f) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **g) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base "*pro rata-die*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **h) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b *ii*. Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **i) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "*pro rata-die*" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 23 meses. **j) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "*pro rata-die*" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo e/ou considerará os valores reclamados. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados - IBNeR, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL, considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final, sendo sua constituição através do método de desenvolvimento de sinistros pagos/incorridos. O objetivo é estimar os sinistros finais totais esperados de pagamentos de sinistros para um determinado período. A combinação do método de desenvolvimento de sinistros pagos e/ou incorridos são utilizados na apuração do *IBNP - Incurred But Not Paid*. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. O percentual de despesas é definido através das despesas e indenizações agrupadas por ramos baseados nos agrupamentos do IBNP, após definifido o percentual aplica-se ao cálculo de IBNP Indenizações. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro, para definição da metodologia aplicada. O cálculo é baseado no método de desenvolvimento dos sinistros avisados, que consiste em apurar os avisos referentes aos sinistros ocorridos em um dado período e como se desenvolverão em relação aqueles já observados em períodos de ocorrências anteriores. **k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e as Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a cada data de balanço, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR, IBNeR e PET. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 55,9% para a Seguradora. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **l) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **m) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrados pela MAPFRE Previdência S.A. e Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios pós-emprego:* Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, despesas com apólices e contratos de seguros e as despesas com rastreadores. **o) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **p) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO MAPFRE realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e, portanto são classificados como arrendamentos financeiros não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos financeiros são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **q) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **r) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Gestão de capital. A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "*Value at Risk" - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Seguradora. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: **• Conselho de Administração**: é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do Grupo MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do Grupo MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; **• Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **• Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolve e executa, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; **• Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e **• Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de Subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e exista incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de Riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro (*) - 2020

Região geográfica	Auto	%	Danos	%	Pessoas	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	90.167	1%	36.213	1%	122.249	2%	52.976	1%	35.595	1%	337.200	6%
Nordeste	173.408	3%	30.748	0%	91.890	1%	20.663	0%	19.196	0%	335.905	4%
Norte	28.091	0%	16.483	0%	9.379	0%	14.017	0%	23.044	0%	91.014	0%
Sudeste	2.103.650	32%	1.338.583	20%	326.478	5%	88.311	1%	1.044.423	15%	4.901.445	73%
Sul	355.777	5%	285.136	4%	58.610	1%	366.887	5%	114.127	2%	1.180.537	17%
Total	**2.751.093**	**41%**	**1.707.163**	**25%**	**608.606**	**9%**	**542.854**	**7%**	**1.236.385**	**18%**	**6.846.101**	**100%**

Líquido de resseguro(**) - 2020

Região geográfica	Auto	%	Danos	%	Pessoas	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	90.167	2%	32.155	1%	122.248	2%	40.455	1%	14.183	0%	299.208	6%
Nordeste	173.408	3%	21.456	0%	91.890	2%	20.027	0%	13.499	0%	320.280	5%
Norte	28.091	1%	10.367	0%	9.378	0%	13.739	0%	20.807	0%	82.382	1%
Sudeste	2.103.650	43%	362.268	8%	324.669	7%	44.167	1%	482.212	10%	3.316.966	69%
Sul	355.777	7%	169.815	3%	58.610	1%	290.697	6%	82.939	2%	957.838	19%
Total	**2.751.093**	**56%**	**596.061**	**12%**	**606.795**	**12%**	**409.085**	**8%**	**613.640**	**12%**	**4.976.674**	**100%**

Bruto de resseguro (*) - 2019

Região geográfica	Auto	%	Danos	%	Pessoas	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	124.818	2%	31.678	1%	92.143	2%	36.428	1%	19.486	1%	304.553	7%
Nordeste	220.790	3%	40.503	1%	85.137	1%	24.992	1%	15.644	0%	387.066	6%
Norte	38.030	1%	14.516	0%	14.654	0%	12.636	0%	17.531	0%	97.367	1%
Sudeste	1.787.293	30%	1.015.737	17%	392.999	6%	78.478	1%	775.682	13%	4.050.189	67%
Sul	461.115	8%	253.397	4%	31.561	1%	303.228	4%	100.787	2%	1.150.088	19%
Total	**2.632.046**	**44%**	**1.355.831**	**23%**	**616.494**	**10%**	**455.762**	**7%**	**929.130**	**16%**	**5.989.263**	**100%**

Líquido de resseguro (**) - 2019

Região geográfica	Auto	%	Danos	%	Pessoas	%	Rural	%	Demais	%	Total	%
Centro-Oeste	124.818	2%	27.360	1%	92.143	2%	26.928	1%	10.982	0%	282.231	6%
Nordeste	220.790	4%	28.402	1%	85.137	1%	23.803	1%	11.591	1%	369.723	8%
Norte	38.030	1%	7.786	0%	14.655	0%	12.129	0%	15.638	1%	88.238	2%
Sudeste	1.787.293	38%	343.007	7%	390.617	9%	42.674	1%	453.156	10%	3.016.747	65%
Sul	461.115	9%	174.664	4%	31.560	1%	234.388	4%	88.828	1%	990.555	19%
Total	**2.632.046**	**54%**	**581.219**	**13%**	**614.112**	**13%**	**339.922**	**7%**	**580.195**	**13%**	**4.747.494**	**100%**

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R$ 99.740 (R$ (58.842) em 31 de dezembro de 2019).
(**) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R$ 36.224 (R$ 37.626 em 31 de dezembro de 2019).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise; as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Sinistralidade:** simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da Seguradora, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora. **b) Despesas administrativas:** simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da carteira, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

		2020	
		Impacto patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)	
Fator de risco		**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
a. Sinistralidade	Aumento de 10%	(342.679)	(274.235)
b. Despesas administrativas	Aumento de 10%	(81.972)	(81.972)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., MAPFRE RE Compañía de Reaseguros S.A. e MAPFRE Global Risks Compañía Internacional de Seguros y Reaseguros S.A., foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Compañía de Reaseguros S.A..
Prêmio cedido aos resseguradores:

	2020				2019			
Rating	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total (*)**	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total (*)**
AA+	–	–	2.018	**2.018**	–	2.522	36.553	**39.075**
AA	9.978	18.736	1.150	**29.864**	5.278	–	–	**5.278**
AA-	22.853	14.080	54	**36.987**	8.866	2.154	27.149	**38.169**
A+	218.441	176.739	69.748	**464.928**	12.811	95.983	75.183	**183.977**
A	11.636	601.006	20.164	**632.806**	14.927	428.907	35.309	**479.143**
A-	693.132	–	536	**693.668**	490.323	–	3.878	**494.201**
Aa3	–	–	8.408	**8.408**	–	–	628	**628**
BrAAA	748	–	–	**748**	511	–	–	**511**
BrAA+	–	–	–	–	787	–	–	**787**
Total	**956.788**	**810.561**	**102.078**	**1.869.427**	**533.503**	**529.566**	**178.700**	**1.241.769**

(*) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R$ 36.224 (R$ 37.626 em 31 de dezembro de 2019).
O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best, Fitch Ratings, Standard & Poor´s* e *Moody´s*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, sendo considerado um *rating* bem avaliado como AAA (risco soberano brasileiro). As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor´s, Fitch Ratings e Moody´s*, como demonstrado no quadro abaixo:

						2020
Ativos financeiros - *rating*	**AAA**	**AA**	**AA-**	**A-**	***Sem rating***	**Total**
Títulos de renda fixa públicos (*)	4.261.626	–	–	–	–	**4.261.626**
Certificados de depósito bancário - CDB	–	26.614	–	–	–	**26.614**
Debêntures	14.856	–	12.567	–	–	**27.423**
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	–	–	–	27.379	–	**27.379**
Quotas de fundos de investimentos	–	–	–	–	1.190	**1.190**
Caixa/Contas a pagar/receber	–	–	–	–	(101)	**(101)**
Total	**4.276.482**	**26.614**	**12.567**	**27.379**	**1.089**	**4.344.131**

							2019 (reapresentado)
Ativos financeiros - *rating*	**AAA**	**AA+**	**AA**	**AA-**	**A-**	***Sem rating***	**Total**
Títulos de renda fixa públicos (*)	3.854.914	–	–	–	–	–	**3.854.914**
Certificados de depósito bancário - CDB	–	–	27.741	–	28.131	–	**55.872**
Debêntures	–	14.961	20.713	–	–	–	**35.674**
Letras financeiras - LF	12.417	–	–	14.024	–	–	**26.441**
Quotas de fundos de investimentos	–	–	–	–	–	52.981	**52.981**
Caixa/Contas a pagar/receber	–	–	–	–	–	(537)	**(537)**
Total	**3.867.331**	**14.961**	**48.454**	**14.024**	**28.131**	**52.444**	**4.025.345**

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R$ 217.267 (R$ 1.069.829 em 31 de dezembro de 2019) com lastro em títulos públicos. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos. Não obstante, a Seguradora apresenta aparente liquidez negativa na distribuição das faixas do *aging* do ativo e do passivo, e resultado negativo no capital circulante líquido, isto não é procedente, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

	2020		2019	
	Fluxo de ativos (*)	**Fluxo de passivos (**)**	**Fluxo de ativos (*)**	**Fluxo de passivos (**)**
Fluxo até 1 ano	3.788.491	5.219.580	4.531.736	4.792.756
Fluxo de 1 a 5 anos	1.970.930	2.332.020	2.782.513	2.794.549
Fluxo acima de 5 anos	3.508.468	839.628	1.689.928	1.267.595
Total	**9.267.889**	**8.391.228**	**9.004.177**	**8.854.900**

(*) O fluxo de ativos considera o disponível, equivalentes de caixa, aplicações, créditos das operações de seguros e resseguros, títulos e créditos a receber, outros créditos e ativos de resseguro e provisões técnicas. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, aquelas classificadas nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Seguradora. (**) O fluxo de passivos considera o contas a pagar, débitos com operações com seguros e resseguros e provisões técnicas. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda., com base em cenários de *stress,* histórico e na metodologia de *Value at Risk - VaR e Macaulay Duration.* O modelo de *VaR* é aplicado a carteira da Seguradora, utilizando-se de VaR paramétrico, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é de:

	2020	
Fundo	**VaR**	**Patrimônio**
Carteira	23.205	4.193.000

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras de *ALM - Asset & Liability Management* da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos os quais mantém participação. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 4,54 anos (4,27 anos em 31 de dezembro de 2019) frente a um patrimônio de R$ 4.193.000 (R$ 3.975.672 em 31 de dezembro de 2019) e está de acordo com as diretrizes do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i*. taxa de juros e *ii*. títulos indexados a índices de inflação em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R$ 4.528.033 (R$ 4.244.086 em 31 de dezembro de 2019), incluindo operações compromissadas. Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	2020
	Impacto no patrimônio líquido/ resultado (bruto de impostos)
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	193.183
b) Redução de taxas	(216.665)

Parâmetro:100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A avaliação do Risco Operacional utiliza uma ferramenta que auxilia na autoavaliação de riscos operacionais e controles inerentes às operações de cada um dos processos, por meio desta ferramenta os riscos são avaliados com base na sua importância relativa, probabilidade de ocorrência e as medidas de controle existentes para mitigar cada risco exposto. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • Desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios - PCN; • Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • Padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de *Compliance* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. A Área de Gerenciamento de Riscos coordena o processo anual de Identificação de Riscos Materiais, a fim de identificar os riscos que a entidade pode enfrentar durante o período contemplado em seu plano de negócios, riscos que podem afetar significativamente o desempenho dos objetivos de classificação ou de capital regulatório. Nessa identificação de riscos, tem como fator de sucesso a colaboração de executivos dentro da organização que possam antecipar ou dar sua opinião sobre a evolução dos riscos aos quais a entidade está exposta. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** No âmbito de Gestão de Capital no médio e longo prazo, a Seguradora deverá possuir, de maneira contínua, uma quantia de capital suficiente para cobrir o capital de solvência requerido, contemplando o valor adicional estabelecido pela Gestão de Risco, com a finalidade de impedir que os riscos inerentes à atividade afetem a sustentabilidade da Seguradora. A Seguradora tem o Capital de Risco calculado considerando todas as premissas de requerimentos estabelecidos pela governança, e em atendimento aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco - CR. A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	2020
1. Ajustes contábeis	
Patrimônio líquido	2.743.716
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(996)
Despesas antecipadas	(11.892)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(644.034)
Diferença temporária referente ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura	383
Créditos tributários de diferenças temporárias	(235.415)
Ativos intangíveis	(368.182)
Obras de arte	(34)
50% do valor dos ativos intangíveis referentes aos contratos de ponto de venda, limitados a 15% do CMR	80.218
Patrimônio líquido ajustado (a)	**1.563.764**
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	110.341
Superavit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	89.152
Ajustes econômicos (b)	**199.493**
3. Capital Mínimo Requerido	
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) - CR	**935.215**
Capital de risco de subscrição	717.456
Capital de risco de crédito	147.703
Capital de risco operacional	44.483
Capital de risco de mercado	228.294
Correlação entre os riscos	(202.721)
Capital mínimo requerido (c)	**935.215**
Suficiência de capital (d = a + b - c)	**828.042**
Suficiência de capital (d / c)	**88,54%**
Índice de solvência (e = a + b/c)	**1,89**

As normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. A Seguradora apresenta a seguinte liquidez:

Capital de risco (a)	935.388
Índice de liquidez requerido - 20% sobre CR	187.078
Ativos livres - vide nota explicativa nº 24 (b)	1.615.709
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2020 (b/a)	**172,73%**

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2020	2019
Caixa e bancos	58.898	95.399
Equivalente de caixa	31.573	31.326
Total de caixa e equivalente de caixa	**90.471**	**126.725**

continua

continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados no ativo circulante e estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos .

		Vencimento				Ativos						Total	
Títulos	**Hierarquia a valor justo**	**Até 1 ano (A)**	**Entre 1 e 5 anos (B)**	**Acima de 5 anos (C)**	**Sem vencimento (D)**	**Valor contábil (E = A + B + C + D)**	**Valor de curva (F)**	**Valor justo (G)**	**Ajuste ao valor justo (G - F)**	**2020 (E)**	**%**	**2019 (reapresentado)**	**% (H)**
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		**437.160**	**114.633**	**22.279**	**1.089**	**575.161**	**575.302**	**575.161**	**(141)**	**575.161**	**13%**	**2.501.981**	**62%**
Fundos de investimentos		**437.160**	**114.633**	**22.279**	**1.089**	**575.161**	**575.302**	**575.161**	**(141)**	**575.161**	**100%**	**2.501.981**	**100%**
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	125.876	113.831	22.279	–	261.986	262.158	261.986	(172)	261.986	46%	1.377.519	55%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	73.756	–	–	–	73.756	73.756	73.756	–	73.756	13%	–	–
Letras do tesouro nacional - LTN	1	19.701	–	–	–	19.701	19.701	19.701	–	19.701	3%	–	–
Operações compromissadas (*)	2	217.267	–	–	–	217.267	217.267	217.267	–	217.267	38%	1.069.829	43%
Quotas de fundos de investimentos	2	–	–	–	1.190	1.190	1.190	1.190	–	1.190	0%	52.981	2%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	560	802	–	–	1.362	1.331	1.362	31	1.362	0%	2.189	0%
Caixa/contas a pagar/receber	2	–	–	–	(101)	(101)	(101)	(101)	–	(101)	0%	(537)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		**66.561**	**213.133**	**2.587.587**	**–**	**2.867.281**	**2.716.150**	**2.867.281**	**151.131**	**2.867.281**	**66%**	**620.829**	**15%**
Carteira administrada		**66.561**	**213.133**	**2.587.587**	**–**	**2.867.281**	**2.716.150**	**2.867.281**	**151.131**	**2.867.281**	**100%**	**620.829**	**100%**
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	26.614	–	–	–	26.614	26.614	26.614	–	26.614	1%	55.872	9%
Debêntures	2	12.568	14.855	–	–	27.423	27.583	27.423	(160)	27.423	1%	35.674	6%
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	27.379	–	–	–	27.379	27.379	27.379	–	27.379	1%	–	–
Letras financeiras - LF	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	26.441	4%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	102.598	17%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	–	7.049	–	–	7.049	7.049	7.049	–	7.049	0%	21.239	3%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	–	191.229	2.587.587	–	2.778.816	2.627.525	2.778.816	151.291	2.778.816	97%	379.005	61%
Ativos mantidos até o vencimento		**161.105**	**375.399**	**365.185**	**–**	**901.689**	**901.689**	**1.085.591**	**183.902**	**901.689**	**21%**	**902.535**	**23%**
Fundos de investimentos		**161.105**	**375.399**	**365.185**	**–**	**901.689**	**901.689**	**1.085.591**	**183.902**	**901.689**	**100%**	**902.535**	**100%**
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	–	246.553	365.185	–	611.738	611.738	781.979	170.241	611.738	68%	620.556	69%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	135.230	128.846	–	–	264.076	264.076	277.587	13.511	264.076	29%	260.753	29%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	25.875	–	–	–	25.875	25.875	26.025	150	25.875	3%	21.226	2%
Total		**664.826**	**703.165**	**2.975.051**	**1.089**	**4.344.131**	**4.193.141**	**4.528.033**	**334.892**	**4.344.131**	**100%**	**4.025.345**	**100%**

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de (1) um dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - *"Market to Model"* do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autoregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. **d) Taxa de juros contratada**

	2020		2019	
	Maior taxa	**Menor taxa**	**Maior taxa**	**Menor taxa**
Certificados de depósitos bancários - CDB	100,00%	100,00%	102% do CDI	100% do CDI
Debêntures	CDI + 1,5 a.a.	CDI + 1,5 a.a.	CDI + 1,4% a.a.	CDI + 1,15% a.a.
Debêntures	111,5%	111,5%	111,50% do CDI	111,50% do CDI
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	102,00%	102,00%	0,00%	0,00%
Títulos da dívida agrária - TDA	10,03%	8,62%	10,04%	8,63%
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	9,27%	6,99%	9,27%	7,78%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,62%	4,83%	7,62%	3,82%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	4,84%	4,84%	4,85%	4,85%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12,90%	6,17%	12,91%	8,67%
Operações compromissadas - LTN - O(*)	1,88%	1,88%	4,38%	4,38%
Operações compromissadas - LFT - O(*)	–	–	4,38%	4,38%
Letras financeiras - LF	–	–	111,8% do CDI	100,00% do CDI

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	31/12/2019 (reapresentado)	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	2020
Valor justo por meio do resultado	**2.501.981**	2.642.596	(4.688.250)	–	118.834	**575.161**
Disponíveis para venda	**620.829**	2.520.940	(481.536)	101.445	105.603	**2.867.281**
Mantidos até o vencimento	**902.535**	–	(34.080)	–	33.234	**901.689**
Total	**4.025.345**	**5.163.536**	**(5.203.866)**	**101.445**	**257.671**	**4.344.131**

	01/01/2019 (reapresentado)	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Incorporação (nota nº32b)	31/12/2019 (reapresentado)
Valor justo por meio do resultado	**1.839.984**	2.735.273	(2.891.305)	–	155.300	662.729	**2.501.981**
Disponíveis para venda	**425.408**	191.780	(210.599)	28.816	46.095	139.329	**620.829**
Mantidos até o vencimento	**644.275**	–	(30.540)	–	22.951	265.849	**902.535**
Outras aplicações	**208**	–	(208)	–	–	–	**–**
Total	**2.909.875**	**2.927.053**	**(3.132.652)**	**28.816**	**224.346**	**1.067.907**	**4.025.345**

f) Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

	2020				
Derivativos	**Quantidade**	**Valor de referência**	**Valor justo**	**Valor receber/pagar**	**Vencimento**
FUT DI	(937)	93.700	(93.593)	–	Abaixo de 360 dias

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

	2020			2019		
Ramos agrupados	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável (*)**	**Prêmios a receber líquidos**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável (*)**	**Prêmios a receber líquidos**
Automóvel	1.013.706	(24.846)	988.860	1.199.698	(26.553)	1.173.145
Patrimonial	556.648	(16.269)	540.379	401.770	(28.004)	373.766
Rural	174.475	(4.432)	170.043	102.594	(1.669)	100.925
Aeronáuticos	202.230	(13.649)	188.581	108.782	(6.039)	102.743
Microsseguros	44.913	(6.993)	37.920	28.798	(2.430)	26.368
Riscos financeiros	50.673	(1.157)	49.516	51.481	(769)	50.712
Pessoas coletivo	51.677	(3.545)	48.132	70.570	(3.608)	66.962
Riscos especiais	30.207	–	30.207	72.425	–	72.425
Marítimos	66.510	(5.373)	61.137	29.073	(2.900)	26.173
Responsabilidades	32.014	(2.453)	29.561	33.433	(2.119)	31.314
Habitacional	1.601	(912)	689	328	–	328
Demais ramos	110.353	(13.154)	97.199	110.726	(11.450)	99.276
Total	**2.335.007**	**(92.783)**	**2.242.224**	**2.209.678**	**(85.541)**	**2.124.137**

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3b *ii*.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2020	2019
Saldo inicial	**2.124.137**	**1.720.447**
(+) Prêmios emitidos (*)	9.032.342	8.900.398
(+) IOF	436.097	366.888
(+) Adicional de fracionamento	2.591	1.600
(–) Prêmios cancelados (*)	(1.891.315)	(2.618.780)
(–) Recebimentos	(7.454.386)	(6.818.317)
(+) Reversão de redução ao valor recuperável	(7.242)	19.468
(+) Saldo incorporação (nota nº 32b)	–	552.433
Saldo final	**2.242.224**	**2.124.137**

(*) Foram emitidas e canceladas apólices no montante de R$ 1.228.692 (R$ 1.862.544 em 31 de dezembro de 2019) dentro do mesmo mês apresentando assim uma variação relevante.

c) Composição por prazo de vencimento

	2020	2019
A vencer até 30 dias	869.481	1.006.635
A vencer de 31 a 60 dias	401.365	311.695
A vencer de 61 a 120 dias	397.918	339.999
A vencer de 121 a 180 dias	210.990	172.571
A vencer de 181 a 365 dias	190.144	137.333
A vencer acima de 365 dias	41.469	30.376
Total a vencer	**2.111.367**	**1.998.609**
Vencidos até 30 dias	86.210	94.690
Vencidos de 31 a 60 dias	23.808	17.359
Vencidos de 61 a 120 dias	12.284	6.307
Vencidos de 121 a 180 dias	2.525	2.885
Vencidos de 181 a 365 dias	4.184	2.652
Vencidos acima de 365 dias	1.846	1.635
Total vencidos	**130.857**	**125.528**
Total	**2.242.224**	**2.124.137**

O prazo médio de recebimento dos prêmios é de 40 dias. O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 210 dias.

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

a) Ativo

	2020	2019
Recuperação de sinistros	166.161	134.097
Redução ao valor recuperável - RVR	(43.059)	(23.213)
Total	**123.102**	**110.884**

	2020	2019
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.474.118	1.860.946
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	139.250	134.308
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	152.861	142.332
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	819.326	606.823
Provisão de despesas relacionadas - PDR	74.363	44.331
Total	**2.659.918**	**2.788.740**

b) Passivo

	2020	2019
Prêmios cedidos	828.418	527.051
Comissões a recuperar	(66.476)	(44.415)
Salvados e ressarcimentos	19.154	17.111
Total	**781.096**	**499.747**

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

	2020			2019		
Grupo de ramos	**Prêmio emitido líquido (*) (nota 28b)**	**Resseguro cedido (**) (nota 28g)**	**Retenção**	**Prêmio emitido líquido (*) (nota 28b)**	**Resseguro cedido (**) (nota 28g)**	**Retenção**
Automóvel	2.751.093	–	100,00%	2.632.046	–	100,00%
Patrimonial	1.707.163	1.111.102	34,92%	1.355.831	774.612	42,87%
Pessoas	608.606	1.811	99,70%	616.494	2.383	99,61%
Rural	542.854	133.769	75,36%	455.762	115.840	74,58%
Marítimos/Aeronáuticos	545.770	469.009	14,06%	320.300	260.280	18,74%
Transportes	208.149	23.011	88,94%	232.057	15.789	93,20%
Demais	482.466	130.725	72,91%	376.773	72.865	80,66%
Total	**6.846.101**	**1.869.427**	**72,69%**	**5.989.263**	**1.241.769**	**79,27%**

(*) Não inclui RVNE no valor de R$ 99.740 (R$ (58.842) em 31 de dezembro de 2019).
(**) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R$ 36.224 (R$ 37.626 em 31 de dezembro de 2019).

9. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Outros créditos operacionais é composto, basicamente, por solicitações de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária para a devida baixa da provisão de sinistros a liquidar de R$ 48.895 (R$ 152.475 em 31 de dezembro de 2019) e outros créditos de agentes e correspondentes de R$ 19.408 (R$ 11.100 em 31 de dezembro de 2019).

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Titulos e créditos a receber - composição

	2020	2019
Ressarcimento a receber - estimados (nota nº 10b)	50.670	58.036
Ressarcimento a receber (nota nº 10c)	29.534	33.899
Títulos a receber capitalização (nota nº 31)	13.214	16.443
Compartilhamento de despesas (nota nº 31)	26.256	13.226
Canal *affinity*	77.958	24.867
Dividendos a receber (a)	–	3.000
Outros créditos a receber	3.808	3.194
Redução ao valor recuperável	(32.667)	(24.757)
Total	**168.773**	**127.908**

(a) O referido saldo de dividendos a receber foi baixado quando da incorporação da MAPFRE Serviços S.A..

b) Ressarcimento a receber - estimados: *i.* Expectativas de prazo

Montante de ressarcimentos estimados	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano
Um mês após o pagamento	2.430									
Dois meses após o pagamento	2.792									
Três meses após o pagamento	2.919									
Quatro meses após o pagamento	3.308									
Cinco meses após o pagamento	1.967									
Seis meses após o pagamento	1.898									
Sete meses após o pagamento	2.453									
Oito meses após o pagamento	1.513									
Nove meses após o pagamento	2.221									
Dez meses após o pagamento	2.404									
Onze meses após o pagamento	1.742									
Doze meses após o pagamento	1.745									
Pagamento para 1º período	**15.314**	**6.306**	**3.196**	**1.727**	**914**	**365**	**87**	**25**	**14**	**3**
Pagamento para 2º período	**12.078**	**5.072**	**2.846**	**1.544**	**756**	**289**	**100**	**21**	**10**	**4**
Estimativa para os períodos	**27.392**	**11.378**	**6.042**	**3.271**	**1.670**	**654**	**187**	**45**	**24**	**7**
Total de ressarcimento										**50.670**

***ii.* Desenvolvimento das efetivas realizações**

Desenvolvimento de ressarcimentos mensal - Ramos: 0748 e 0860

Ocorreu/Ressarcimento	2016	2017	2018	2019	2020
1º Mês	36	4.709	2.010	1.266	1.272
2º Mês	–	3.579	4.163	1.941	1.019
3º Mês	–	5.683	2.938	1.593	1.433
4º Mês	4.142	2.519	2.830	1.428	418
5º Mês	2.359	3.365	2.581	1.923	554
6º Mês	–	2.779	2.744	1.315	662
7º Mês	2.808	7.471	2.100	1.410	885
8º Mês	3.543	–	1.983	1.424	1.030
9º Mês	4.330	3.252	2.091	1.332	1.155
10º Mês	3.126	2.013	2.214	1.445	1.167
11º Mês	4.118	2.795	1.647	845	693
12º Mês	5.552	2.267	1.496	1.191	–
Estimativa por ano	**30.014**	**40.430**	**28.796**	**17.116**	**10.287**
Total de ocorridos em 2016 e ressarcidos até 2020 - Provisionado					**126.644**

Estimativa de ressarcimentos - Ramos: 0748 e 0860

Ocorreu/Ressarcimento	2016	2017	2018	2019
1º Semestre de 2013	6.537	–	–	–
2º Semestre de 2013	23.478	–	–	–
1º Semestre de 2014	22.633	8.296	–	–
2º Semestre de 2014	17.798	27.768	–	–
1º Semestre de 2015	17.266	47.164	10.344	–
2º Semestre de 2015	11.531	28.376	38.660	–
1º Semestre de 2016	9.468	21.176	46.807	13.769
2º Semestre de 2016	7.648	17.179	31.206	40.402
Estimativa por ano	**126.644**	**170.179**	**160.753**	**121.842**
Total de ocorridos a partir de 2016 e ressarcidos até 2020				**579.419**
Ocorridos antes de 2016 e ressarcidos até 2020				**522.615**
Total triângulo de ressarcimento				**1.102.034**

c) Ressarcimento a receber:

i. Aging	2020 (*)	2019 (*)
Vencido de 31 a 60 dias	–	4.508
Total	**–**	**4.508**
A vencer até 30 dias	–	7.816
Total a vencer	**–**	**7.816**
Total (*)	**–**	**12.324**

(*) Os valores apresentados estão líquidos de redução ao valor recuperável no montante de R$ (29.534) (R$ (21.575) em 31 de dezembro de 2019).

***ii.* Movimentação**

	2020	2019
Saldo inicial	**12.324**	**11.849**
(+) Aviso de ressarcimento	159.238	134.474
(+/–) Reavaliação de ressarcimento	99.709	101.812
(+) Reabertura de ressarcimento	2.359	918
(–) Cancelamento de ressarcimento	(5.500)	(1.358)
(–) Recebimento	(260.171)	(233.591)
(+) Redução ao valor recuperável	(7.959)	(1.780)
Saldo final	**–**	**12.324**

11. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens a venda: *i. Aging* de salvados

	2020	2019
De 1 a 30 dias	11.645	10.376
De 31 a 60 dias	6.412	5.355
De 61 a 120 dias	7.177	6.764
De 121 a 180 dias	2.976	2.487
De 181 a 365 dias	7.199	5.601
Total	**35.409**	**30.583**

***ii.* Movimentação de salvados**

	2020	2019
Saldo inicial	**30.583**	**62.625**
(+) Aviso de salvados	352.582	284.076
(+/–) Reavaliação de salvados	2.321	(49.873)
(+) Reabertura de salvados	65	134
(–) Cancelamento da venda de salvados	(8.554)	(1.853)
(–) Vendas	(334.743)	(264.589)
(+) Redução ao valor recuperável	(6.845)	(5.103)
(+) Saldo de incorporação (nota nº32b)	–	5.166
Saldo final	**35.409**	**30.583**

***iii.* Composição por ramo**

	2020	2019
Riscos financeiros	23.160	12.362
Patrimonial	2.174	2.976
Automóvel	9.984	14.924
Transportes	23	223
Rural	62	98
Massificados	6	–
Total	**35.409**	**30.583**

b) Outros valores: *i.* Composição - salvados estimados

	2020	2019
Automóvel	57.830	67.459
Demais ramos	10.700	6.588
Total (*)	**68.530**	**74.047**

(*) Não contempla estoque de materiais no valor de R$ 3.227 (R$ 296 em 31 de dezembro de 2019).

***ii.* Expectativa de prazo**

Montante de salvados estimados	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
Um mês após o pagamento	6.739								
Dois meses após o pagamento	7.182								
Três meses após o pagamento	7.773								
Quatro meses após o pagamento	7.522								
Cinco meses após o pagamento	6.890								
Seis meses após o pagamento	6.187								
Sete meses após o pagamento	3.481								
Oito meses após o pagamento	2.943								
Nove meses após o pagamento	2.209								
Dez meses após o pagamento	1.421								
Onze meses após o pagamento	1.437								
Doze meses após o pagamento	1.297								
Pagamento para 1º período	42.291	5.986	1.386	828	306	89	43	13	1
Pagamento para 2º período	12.788	2.743	1.342	438	165	84	22	6	–
Total dos períodos	55.080	8.729	2.728	1.266	471	173	65	19	1
Total de ressarcimentos									**68.530**

***iii.* Desenvolvimento das efetivas realizações**

Desenvolvimento de salvados

	2015	2016	2017	2018	2019
1º Mês	–	22.849	7.622	2.017	519
2º Mês	–	25.304	1.139	981	810
3º Mês	40	12.239	4.154	775	468
4º Mês	2.058	37.100	1.014	998	678
5º Mês	3.760	12.662	1.199	968	563
6º Mês	5.997	20.166	1.677	537	552
7º Mês	19.281	17.043	943	810	601
8º Mês	11.278	10.712	1.301	1.987	530
9º Mês	16.250	3.141	3.075	1.325	404
10º Mês	29.463	1.081	679	814	582
11º Mês	26.433	8.265	3.823	815	185
12º Mês	21.401	5.161	2.486	399	559
Estimativa por ano	**135.961**	**175.723**	**29.112**	**12.426**	**6.451**
Total de salvados desde 2015 até 2019					**359.673**

Estimativa de salvados	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
1º Semestre de 2015	11.856				
2º Semestre de 2015	124.105				
1º Semestre de 2016	130.320	20.001			
2º Semestre de 2016	45.403	124.092			
1º Semestre de 2017	16.804	121.783	15.908		
2º Semestre de 2017	12.306	50.552	145.692		
1º Semestre de 2018	6.277	15.418	117.939	35.140	
2º Semestre de 2018	6.151	9.083	34.078	158.320	
1º Semestre de 2019	3.591	5.409	11.130	95.936	70.374
2º Semestre de 2019	2.861	4.150	9.086	22.834	149.657
Estimativa por ano	**359.674**	**350.488**	**333.833**	**312.230**	**220.031**
Total de salvados desde 2015 até 2019					**1.576.257**
Período anterior à 2015					**1.986.745**
Período a partir de 2020					**269.230**
Fora do triângulo					**4.166**
Total dos triângulos de pagamentos para estimativa dos salvados					**3.832.231**

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

Ramos	**2020**	**2019**
Automóvel	245.755	315.081
Patrimonial	154.180	151.226
Pessoas coletivo	118.794	86.077
Microsseguros	20.678	27.904
Rural	54.110	46.219
Pessoas individual	22.461	14.917
Responsabilidades	7.865	10.703
Riscos financeiros	2.353	8.844
Aeronáuticos	6.835	5.097
Transportes	742	4.110
Marítimos	1.112	2.296
Demais ramos	22	202
Total	**634.907**	**672.676**
Circulante	480.154	541.902
Não circulante	154.753	130.774

	2020	2019
Saldo inicial	**672.676**	**578.965**
Constituições	1.223.415	417.704
Reversões	(1.261.184)	(465.866)
Incorporação (nota nº 32b)	–	141.873
Saldo final	**634.907**	**672.676**

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual	2019	Adições	Baixas	Depreciação	2020
Imóveis de uso próprio	4%	21.400	224	(30)	(1.173)	20.421
Equipamentos	10% a 20%	9.126	4.214	(34)	(3.096)	10.210
Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.262	3	(440)	(729)	3.096
Veículos	20%	1.152	1.176	(150)	(386)	1.792
Outras imobilizações	10% a 20%	13.944	14.108	(5.218)	(3.240)	19.594
Total		**49.884**	**19.725**	**(5.872)**	**(8.624)**	**55.113**

	Taxa anual	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Depreciação	Incorporação (nota nº 32b)	Saldo em 2019
Imóveis de uso próprio	4%	32.910	569	(10.207)	(1.872)	–	21.400
Equipamentos	10% a 20%	12.552	825	(8)	(4.331)	88	9.126
Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.901	67	–	(808)	102	4.262
Veículos	20%	1.343	250	(110)	(425)	94	1.152
Outras imobilizações	10% a 20%	17.052	1.686	(2.826)	(3.201)	1.233	13.944
Total		**68.758**	**3.397**	**(13.151)**	**(10.637)**	**1.517**	**49.884**

14. INTANGÍVEL

	Taxa anual	2019	Adições	Baixas	Amortização	2020
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	185.342	70.951	(1.041)	(47.505)	207.747
Outros intangíveis (canal *affinity*)		82.511	95.499	(1.420)	(16.155)	160.435
Total		**267.853**	**166.450**	**(2.461)**	**(63.660)**	**368.182**

	Taxa anual	Saldo em 2018	Adições	Baixas	Amortização	Incorporação (nota nº32b)	Saldo em 2019
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	148.488	38.725	(320)	(45.575)	44.024	185.342
Outros intangíveis (canal *affinity*)		119.825	–	(21.045)	(16.269)	–	82.511
Total		**268.313**	**38.725**	**(21.365)**	**(61.844)**	**44.024**	**267.853**

15. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2020	2019
Fornecedores	307.532	239.664
Participação nos lucros a pagar	55.337	55.682
Dividendos a pagar	53.198	–
Compartilhamento de despesas (nota nº 31)	22.212	715
Outras obrigações	3.593	1.584
Total	**441.872**	**297.645**

16. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2020	2019
IOF sobre prêmios emitidos	113.132	107.768
Imposto de renda retido na fonte	7.015	6.656
FGTS	2.112	1.855
INSS	5.823	5.658
Outros impostos e encargos sociais a recolher	5.749	9.864
Total	**133.831**	**131.801**

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2020	2019
Imposto de renda	40.255	8.254
Antecipação de imposto de renda	(40.255)	(6.672)
Contribuição social	32.153	12.486
Antecipação de contribuição social	(31.643)	(10.450)
COFINS	10.664	5.651
PIS	1.733	918
Outras contribuições	–	14
Total	**12.907**	**10.201**

18. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

Operações com seguradoras é composto substancialmente, por prêmios cedidos às seguradoras de R$ 77.341 (R$ 19.950 em 31 de dezembro de 2019). **a) Cosseguro cedido por segmento**

	2020			2019		
Ramos agrupados	**Cosseguro líquido de comissão**	**Redução ao valor recuperável (*)**	**Cosseguro líquidos de comissão e RVR**	**Cosseguro líquido de comissão**	**Redução ao valor recuperável (*)**	**Cosseguro líquidos de comissão e RVR**
Patrimonial	65.454	(2.547)	62.907	22.405	(7.704)	14.701
Marítimos	12.185	(2.259)	9.926	3.771	(586)	3.185
Demais ramos	5.388	(880)	4.508	2.191	(127)	2.064
Total	**83.027**	**(5.686)**	**77.341**	**28.367**	**(8.417)**	**19.950**

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3b *ii*.

b) Composição por prazo de vencimento

	2020	2019
A vencer até 30 dias	4.629	13.752
A vencer de 31 a 60 dias	47.202	1.392
A vencer de 61 a 120 dias	13.461	2.402
A vencer de 121 a 180 dias	8.312	1.104
A vencer de 181 a 365 dias	3.251	3
Total a vencer	**76.855**	**18.653**
Vencidos até 30 dias	486	1.239
Vencidos de 31 a 60 dias	–	18
Vencidos de 61 a 120 dias	–	30
Vencidos de 121 a 180 dias	–	10
Total vencidos	**486**	**1.297**
Total	**77.341**	**19.950**

19. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

	2020	2019
Automóvel	100.575	115.667
Patrimonial	36.446	26.396
Rural	27.184	11.934
Pessoas coletivo	15.215	21.807
Pessoas Individual	12.920	1.505
Transportes	5.296	13.590
Responsabilidades	5.197	7.316
Riscos financeiros	5.124	8.908
Aeronáuticos	4.891	3.398
Microsseguros	3.010	3.452
Marítimos	1.256	1.595
Demais ramos	189	242
Total	**217.303**	**215.810**
Comissões a pagar	8.799	1.205
Total	**226.102**	**217.015**

20. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Outros débitos operacionais é composto, basicamente, por estipulantes de seguros de R$ 95.788 (R$ 91.676 em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)).

	2020	2019
Rural	31.854	32.462
Automóvel	27.229	25.700
Patrimonial	17.132	14.255
Microsseguros	9.234	9.098
Pessoas Individual	6.356	9.154
Pessoas coletivo	3.768	794
Riscos financeiros	213	204
Responsabilidades	2	9
Total	**95.788**	**91.676**

21. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações da Seguradora.

	2020	2019
De 0 a 30 dias	216.526	286.362
De 31 a 60 dias	43.100	10.184
De 61 a 120 dias	16.496	7.538
De 121 a 180 dias	59	–
Acima de 365 dias	181	–
Total	**276.362**	**304.084**

22. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

2020

Provisões técnicas - seguros	**Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Provisão de excedente técnico - PET**	**Total**
Saldo inicial	**3.656.487**	**3.065.087**	**389.433**	**412.978**	**85.403**	**252**	**7.609.640**
Constituições	6.746.361	60.592	291.646	173.207	123.897	–	7.395.703
Diferimento pelo risco decorrido	(6.955.097)	–	–	–	–	–	(6.955.097)
Aviso de sinistros	–	2.594.423	–	–	124.193	–	2.718.616
Pagamentos	–	(4.083.079)	–	–	(192.374)	(249)	(4.275.702)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	879.605	–	–	69.942	–	949.547
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	(3.878)	184.467	–	–	1.173	–	181.762
Reversões	–	(29.833)	(241.025)	(161.927)	(73.284)	(3)	(506.072)
Saldo final	**3.443.873**	**2.671.262**	**440.054**	**424.258**	**138.950**	**–**	**7.118.397**

2019 (reapresentado)

Provisões técnicas - seguros	**Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Provisão de excedente técnico - PET**	**Total**
Saldo inicial	**2.839.382**	**2.717.700**	**314.079**	**148.152**	**78.000**	**488**	**6.097.801**
Constituições	6.048.105	167.656	270.639	780.962	49.015	267	7.316.644
Diferimento pelo risco decorrido	(6.282.391)	–	–	–	–	–	(6.282.391)
Aviso de sinistros	–	2.901.610	–	–	122.937	–	3.024.547
Pagamentos	–	(3.820.407)	–	–	(188.947)	(503)	(4.009.857)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	975.115	–	–	49.741	–	1.024.856
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	(1.444)	7.281	–	–	273	–	6.110
Reversões	–	(157.144)	(237.731)	(580.218)	(34.298)	–	(1.009.391)
Incorporação (nota nº 32b)	1.052.835	273.276	42.446	64.082	8.682	–	1.441.321
Saldo final	**3.656.487**	**3.065.087**	**389.433**	**412.978**	**85.403**	**252**	**7.609.640**

2020

Provisões técnicas - resseguros	**Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Total**
Saldo inicial	**606.823**	**1.860.946**	**142.332**	**134.308**	**44.331**	**2.788.740**
Constituições	1.892.489	–	961.317	380.276	–	3.234.082
Diferimento pelo risco decorrido	(1.676.166)	–	–	–	–	(1.676.166)
Aviso/Ajuste de sinistros	–	731.784	–	–	84.866	816.650
Sinistros pagos a recuperar	–	(1.259.508)	–	–	(43.519)	(1.303.027)
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	(3.820)	140.896	–	–	(11.315)	125.761
Reversões	–	–	(950.788)	(375.334)	–	(1.326.122)
Saldo final	**819.326**	**1.474.118**	**152.861**	**139.250**	**74.363**	**2.659.918**

2019

Provisões técnicas - resseguros	**Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE**	**Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR**	**Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR**	**Provisão de despesas relacionadas - PDR**	**Total**
Saldo inicial	**646.875**	**1.636.154**	**127.530**	**17.671**	**23.824**	**2.452.054**
Constituições	1.272.285	–	344.248	512.018	–	2.128.551
Diferimento pelo risco decorrido	(1.310.854)	–	–	–	–	(1.310.854)
Aviso/Ajuste de sinistros	–	1.193.459	–	–	55.436	1.248.895
Sinistros pagos a recuperar	–	(972.048)	–	–	(35.114)	(1.007.162)
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	(1.483)	3.381	–	–	185	2.083
Reversões	–	–	(329.446)	(395.381)	–	(724.827)
Saldo final	**606.823**	**1.860.946**	**142.332**	**134.308**	**44.331**	**2.788.740**

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R$ 892.824 (R$ 980.664 em 31 de dezembro de 2019).
(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R$ 135.511 (R$ 278.333 em 31 de dezembro de 2019).

23. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e deduzido o cosseguro cedido.

continua

continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Bruto de resseguros

Montante estimado para os sinistros	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	Ano do aviso do sinistro						
No ano do aviso	22.075.207	3.405.917	3.448.106	3.558.853	3.432.632	3.119.773	3.119.773
Um ano após o aviso	22.191.149	3.426.558	3.832.860	3.893.664	3.602.562		3.602.562
Dois anos após o aviso	22.334.122	3.475.295	3.914.412	3.958.859			3.958.859
Três anos após o aviso	22.490.072	3.517.164	3.953.430				3.953.430
Quatro anos após o aviso	22.689.862	3.527.690					3.527.690
Cinco anos ou mais após o aviso	22.938.218						22.938.218
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2020	22.938.218	3.527.690	3.953.430	3.958.859	3.602.562	3.119.773	41.100.532
Pagamentos efetuados até 31.12.2020	22.087.828	3.432.191	3.512.785	3.657.202	3.295.215	2.306.807	38.292.028
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	850.390	95.499	440.645	301.657	307.347	812.966	2.808.504
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2020 (*)							864.312
Retrocessão							1.708
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							3.674.524

Montante de sinistros pagos	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	Ano do aviso do sinistro						
No ano do aviso	15.934.221	2.649.235	2.317.821	2.493.959	2.305.780	2.306.807	2.306.807
Um ano após o aviso	20.414.076	3.272.951	3.028.623	3.292.468	3.295.215		3.295.215
Dois anos após o aviso	21.139.817	3.355.049	3.394.075	3.657.202			3.657.202
Três anos após o aviso	21.579.492	3.399.775	3.512.785				3.512.785
Quatro anos após o aviso	21.893.036	3.432.191					3.432.191
Cinco anos ou mais após o aviso	22.087.828						22.087.828
Pagamentos efetuados até 31.12.2020	22.087.828	3.432.191	3.512.785	3.657.202	3.295.215	2.306.807	38.292.028

Líquido de resseguros

Montante estimado para os sinistros	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	Ano do aviso do sinistro						
No ano do aviso	18.060.149	2.841.252	2.616.215	2.856.172	2.735.196	2.597.470	2.597.470
Um ano após o aviso	17.816.574	2.822.242	2.720.461	2.638.678	2.787.525		2.787.525
Dois anos após o aviso	17.868.430	2.873.583	2.752.372	2.670.438			2.670.438
Três anos após o aviso	17.813.090	2.898.645	2.758.070				2.758.070
Quatro anos após o aviso	17.895.438	2.912.131					2.912.131
Cinco anos ou mais após o aviso	17.942.925						17.942.925
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2020	17.942.925	2.912.131	2.758.070	2.670.438	2.787.525	2.597.470	31.668.559
Pagamentos efetuados até 31.12.2020	17.437.300	2.835.700	2.672.768	2.571.311	2.692.089	2.199.367	30.408.535
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	505.625	76.431	85.302	99.127	95.436	398.103	1.260.024
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2020 (*)							572.200
Retrocessão							1.708
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							1.833.932

Montante de sinistros pagos	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	Ano do aviso do sinistro						
No ano do aviso	14.487.867	2.389.238	2.197.077	2.436.210	2.225.595	2.199.367	2.199.367
Um ano após o aviso	17.302.942	2.751.468	2.623.220	2.524.886	2.692.089		2.692.089
Dois anos após o aviso	17.465.722	2.784.334	2.657.061	2.571.311			2.571.311
Três anos após o aviso	17.334.526	2.806.379	2.672.768				2.672.768
Quatro anos após o aviso	17.365.332	2.835.700					2.835.700
Cinco anos ou mais após o aviso	17.437.300						17.437.300
Pagamentos efetuados até 31.12.2020	17.437.300	2.835.700	2.672.768	2.571.311	2.692.089	2.199.367	30.408.535

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

24. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2020	2019 (reapresentado)
Provisões técnicas	7.118.397	7.609.640
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(488.405)	(552.483)
Direitos creditórios	(1.447.879)	(1.444.546)
Parcela correspondente a resseguros contratados	(2.270.030)	(2.441.189)
Total a ser coberto	**2.912.083**	**3.171.422**
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	575.161	2.896.565
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	2.867.040	620.829
Ativos mantidos até o vencimento	1.085.591	1.121.277
Total de aplicações (**)	**4.527.792**	**4.638.671**
Ativos livres	**1.615.709**	**1.467.249**

(*) O montante de R$ 241 (R$ 489 em 31 de dezembro de 2019) não foi considerado nos ativos disponíveis para venda por se tratar de aplicações bloqueadas.

(**) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, artigo 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.

25. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

	2020				2019			
	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Valor do risco	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
Provável	9.205	1.081.206	703.388	52.454	10.253	1.117.431	628.384	222.872
Possível	1.933	256.970	120.332	37.169	1.750	227.115	93.881	24.341
Remota	1.171	1.171.149	69.104	45.888	2.121	1.284.105	258.399	31.120
Total	**12.309**	**2.509.325**	**892.824**	**135.511**	**14.124**	**2.628.651**	**980.664**	**278.333**

b) Composição das ações por ano

Ano de abertura	2020 Quantidade	2020 Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	2020 Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	2019 Quantidade	2019 Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	2019 Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
De 1992 a 2000	180	27.925	18.687	187	8.245	4.072
De 2001 a 2005	394	13.528	3.124	468	13.379	3.249
De 2006 a 2010	789	82.429	13.736	1.054	87.289	12.430
De 2011 a 2015	4.253	379.756	51.843	5.702	576.465	225.893
De 2016 a 2020	6.693	389.186	48.121	6.713	295.286	32.689
Total	**12.309**	**892.824**	**135.511**	**14.124**	**980.664**	**278.333**

O prazo médio para pagamentos dos sinistros judiciais é de 50 meses.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	2020	2019
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	285.858	187.884
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente, e que se encontram provisionadas	348.209	224.877
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	57.486	67.987
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	22.319	66.662

26. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais 2020	Provisões judiciais 2019	Depósitos judiciais (*) 2020	Depósitos judiciais (*) 2019
Trabalhistas	**57.859**	**60.880**	**10.696**	**11.340**
Cíveis	**52.331**	**103.429**	**5.325**	**2.052**
Fiscais	**704.867**	**741.105**	**756.346**	**786.729**
PIS/COFINS (Receitas financeiras)	634.147	625.232	735.468	732.877
PIS/COFINS (Multa de mora)	–	–	17.651	17.324
CSLL	345	41.740	2.944	36.245
Outros	70.375	74.133	283	283
Outros	–	–	**21.210**	**44.899**
Total	**815.057**	**905.414**	**793.577**	**845.020**

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam o valor de R$ 8.521 (R$ 13.078 em 31 de dezembro de 2019).

b) Composição das ações judiciais de natureza trabalhistas, fiscais e cíveis por probabilidade de perda

	2020 Quantidade	2020 Valor do risco	2020 Valor da provisão	2019 Quantidade	2019 Valor do risco	2019 Valor da provisão
Fiscais	**18**	**1.622.433**	**704.867**	**17**	**1.626.476**	**741.105**
Provável	2	619.685	619.685	3	610.916	610.916
Possível	16	1.002.748	85.182	14	1.015.560	130.189
Trabalhistas	**622**	**164.224**	**57.859**	**662**	**173.502**	**60.880**
Provável	335	57.859	57.859	427	60.880	60.880
Possível	21	10.006	–	28	7.893	–
Remota	266	96.359	–	207	104.729	–
Cível	**9.487**	**249.277**	**52.331**	**15.377**	**269.164**	**103.429**
Provável	5.097	52.331	52.331	2.926	103.429	103.429
Possível	652	14.197	–	2.301	29.093	–
Remota	3.738	182.749	–	10.150	136.642	–
Total	**10.127**	**2.035.934**	**815.057**	**16.056**	**2.069.142**	**905.414**

Trabalhistas - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração.

Cíveis - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitárias pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice.

Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros.

Fiscais - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 31 de dezembro de 2020.

PIS/COFINS - Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes, em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Aguarda julgamento de Recurso Especial e Extraordinário. Probabilidade de perda da ação classificada como provável quanto aos prêmios de seguro, e possível quanto às receitas excedentes. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I, II, III, VI e VII.

A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguro. Discute judicialmente a incidência dos tributos sobre a parcela de receitas financeiras atreladas aos ativos garantidores, em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Interposto Recurso Especial e Extraordinário, que aguardam exame de admissibilidade. Conta com suspensão de exigibilidade, deferida em tutela. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo - itens IV, V, IX e X.

Nota	Tipo	Tema	Período	Probabilidade	Provisão 2020	Provisão 2019	Depósito 2020	Depósito 2019	Valor do risco lsem prescrição 2020	Valor do risco lsem prescrição 2019
(I) 9.718/98	COFINS	Receita Prêmio	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	PROVÁVEL	164.773	162.138	171.825	169.074	164.773	162.138
(II) 9.718/98	COFINS	Receita Financeira	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	POSSÍVEL	–	–	–	–	2.557	5.113
(III) 9.718/98	PIS	Receita Financeira	05/99 a 11/00 e 08/05 a 12/13	POSSÍVEL	–	–	–	–	–	282
(IV) 12.973/14	COFINS	Receita Financeira	01/14 a 06/20	POSSÍVEL	–	–	17.381	17.061	167.663	130.912
(V) 12.973/14	PIS	Receita Financeira	01/14 a 06/20	POSSÍVEL	–	–	2.824	2.772	27.245	21.273
(VI) 9.718/98	COFINS	Receita Prêmio	05/99 a 12/14	PROVÁVEL	454.912	448.778	533.623	526.507	454.912	448.778
(VII) 9.718/98	COFINS	Receita Financeira	05/99 a 12/14	POSSÍVEL	–	–	–	–	85.387	105.287
(VIII) 9.718/98	PIS	Receita Financeira	05/99 a 12/14	POSSÍVEL	–	–	–	–	3.320	6.686
(IX) 12.973/14	COFINS	Receita Financeira	01/15 a 06/20	POSSÍVEL	–	–	–	–	37.435	36.568
(X) 12.973/14	PIS	Receita Financeira	01/15 a 06/20	POSSÍVEL	–	–	–	–	6.083	5.942
Total					**619.685**	**610.916**	**725.654**	**715.414**	**949.375**	**922.979**

Demais processos

Nota	Tipo	Tema	Período	Probabilidade	Provisão 2020	Provisão 2019	Depósito 2020	Depósito 2019	Valor do risco 2020	Valor do risco 2019
(1)	PIS	EC 17/97	07/97 a 02/98	POSSÍVEL	10.188	10.071	8.194	8.091	10.188	10.071
(2)	PIS	EC 10/96	01/96 a 07/96	POSSÍVEL	4.274	4.245	–	–	4.274	4.245
(3)	IRPJ/CSLL	PC/BTNF	1991 a 1992	POSSÍVEL	–	–	–	–	19.244	19.130
(4)	PIS/COFINS	Multa	01/13 a 10/13	POSSÍVEL	–	–	17.651	17.324	17.651	17.324
(5)	IRPJ/CSLL	Glosa de despesas	2010 e 2011	POSSÍVEL	345	220	357	–	50.382	49.493
(6)	PIS/COFINS	Juros parcelados, DPVAT e assistência 24h	2013/2014	POSSÍVEL	–	–	1.621	1.591	10.910	10.761
(7)	INSS	Diferencial de alíquota RAT	01/13 a 12/14	POSSÍVEL	70.375	74.134	–	–	46.158	43.182
(8)	INSS	Contribuições sobre VA e VR	03/14 a 02/16	POSSÍVEL	–	–	–	–	55.404	54.677
(9)	CSLL	Aumento da alíquota	06/08 em diante	POSSÍVEL	–	32.536	–	32.536	–	32.536
(10)	IRPJ	Compensação	2003	POSSÍVEL	–	–	2.586	2.540	2.586	2.540
(11)	CSLL	Exclusão da Base	2005/2006	POSSÍVEL	–	8.983	–	8.950	–	8.950
(12)	IRPJ/CSLL	Não adição despesas indedutíveis	2014 a 2016	POSSÍVEL	–	–	–	–	456.261	450.588
Total					**85.182**	**130.189**	**30.409**	**71.032**	**673.058**	**703.497**
Total de risco provável					**619.685**	**610.916**	**705.448**	**695.581**	**619.685**	**610.916**
Total de risco possível					**85.182**	**130.189**	**50.615**	**90.865**	**1.002.748**	**1.015.560**

Nota (1) e (2) PIS - EC nº 10/1996 e nº 17/1997 - a) Para o ramo de auto, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira, e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o § 6º do artigo 195 da CF/1988. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária. b) Para os demais ramos, discute a exigibilidade do PIS instituído nos termos das EC nº 16/1996 e nº 17/1997, vigente até janeiro de 1999, contando com decisões favoráveis, e que suspendem a exigibilidade do crédito tributário. Aguarda aplicação aos autos do entendimento do STF proferido no RE 578.846/SP, no sentido de que são constitucionais a alíquota e base de cálculo do PIS, nos termos das EC 16/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e irretroatividade tributária. **Nota (3) IRPJ e CSLL - IPC/BTNF -** discute direito à dedução da variação do IPC e do BTNF, na determinação do lucro real do ano-base de 1991 - exercício de 1992, sem sujeitar-se à limitação imposta pela Lei nº 8.200/1991. Aguarda julgamento de Recurso Extraordinário, sobrestado em razão do RE 545.796/RJ, e de Apelação da União em ação anulatória de lançamento fiscal sobre a matéria, em que obteve decisão favorável. **Nota (4) PIS/COFINS - MULTA -** discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Aguarda julgamento de Apelação da União. **Nota (5) IRPJ/CSLL indedutibilidade -** discutiu glosa de despesas operacionais na esfera administrativa. Decisão parcialmente favorável. Saldo remanescente em discussão em Ação Anulatória, que aguarda julgamento de primeira instância. **Nota (6) PIS/COFINS - adicional de parcelamento/DPVAT/assistência 24h/oscilação cambial -** a) Para o ramo de auto, discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicional de parcelamento e operação DPVAT e glosa de despesas relacionadas a assistência 24 horas, na esfera administrativa. Aguarda julgamento. b) Para os demais ramos - discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicional de parcelamento, operação DPVAT e oscilação cambial, na esfera administrativa. Aguarda julgamento. **Nota (7) INSS sobre PLR e INSS RAT -** discute exigência de recolhimento de diferencial de alíquota RAT, e descaracterização do plano de PLR de seus colaboradores na esfera administrativa. Julgado de forma desfavorável em primeira instância quanto ao PLR, e em segunda instância quanto à alíquota RAT. Aguarda julgamento de Recursos Voluntário e Especial. **Nota (8) Contribuições sobre VA e VR -** discute exigência de contribuições previdenciárias sobre o benefício de vale alimentação e vale refeição pago aos seus colaboradores. Julgado de forma desfavorável em primeira instância. Aguarda julgamento de Recurso Voluntário. **Nota (9) Multa IRPJ - Compensação -** Para o ramo de auto, discute em ação anulatória de débito, não homologação por parte da Receita Federal quanto à Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda julgamento de Apelação. **Nota (10) Aumento da CSLL -** a) Para o ramo de auto, discutiu judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15%. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira e segunda instância, e negou-se seguimento ao seu Recurso Extraordinário, restando mantida a decisão desfavorável de segunda instância. Com a conversão dos depósitos judiciais em pagamento definitivo, provisão e depósitos baixados. b) Discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169/2015 - período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018), mantendo o recolhimento conforme previsto na legislação vigente. Julgamento desfavorável em 2ª instância. Aguarda julgamento Agravo de Despachos Denegatórios de Recurso Especial e Extraordinário. **Nota (11) CSLL - Exclusão da base -** Para o ramo de auto, discutiu a exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ, aderindo ao REFIS/2013 quanto aos débitos em discussão. Convertidos parcialmente em renda os depósitos judiciais, e levantado pela Seguradora o saldo remanescente. Aguarda baixa definitiva. **Nota (12) IRPJ/CSLL -** Para o ramo de auto, discute exigência de IRPJ/CSLL, decorrente de glosa de exclusões de ágio, despesas de assistência 24h e endomarketing de sua base de cálculo, na esfera administrativa. Julgamento de primeira instância parcialmente favorável, para afastar a glosa sobre assistência 24h e endomarketing. Aguarda julgamento de Recursos de Ofício e Voluntário.

c) Movimentação

	2020 Fiscais	2020 Trabalhistas	2020 Cíveis	2020 Total	2019 Fiscais	2019 Trabalhistas	2019 Cíveis	2019 Total
Saldo inicial	**741.105**	**60.880**	**103.429**	**905.414**	**236.453**	**39.604**	**42.823**	**318.880**
Constituições/Reversões	(45.880)	9.722	(8.651)	(44.809)	(334)	11.684	57.966	69.316
Pagamentos	–	(19.966)	(50.261)	(70.227)	–	(11.054)	(10.088)	(21.142)
Atualização monetária	9.642	7.075	7.814	24.531	8.768	4.890	5.574	19.232
Saldo de incorporação (nota nº 32b)	–	148	–	148	496.218	15.756	7.154	519.128
Saldo final	**704.867**	**57.859**	**52.331**	**815.057**	**741.105**	**60.880**	**103.429**	**905.414**

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 2.408.177 (R$ 2.408.177 em 31 de dezembro de 2019), e está representado por 1.692.948.892 (1.692.948.892 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **d) Dividendos e remuneração aos acionistas:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

	2020
Lucro líquido do exercício	223.993
Constituição da reserva legal (5%)	(11.200)
Lucro líquido ajustado	**212.793**
Dividendos mínimos obrigatórios	53.198
Total de dividendos distribuídos	**53.198**
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	**25%**
Quantidade de ações:	1.692.948.892
Ações ordinárias	1.692.948.892
Dividendos distribuídos por ação:	0,03

e) Ajustes com títulos e valores mobiliários: Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

28. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos 2020	Prêmios ganhos 2019 (reapresentado)	Sinistralidade 2020	Sinistralidade 2019 (reapresentado)	Comercialização 2020	Comercialização 2019 (reapresentado)
Automóvel	3.146.045	2.844.966	55,49%	66,30%	20,04%	22,86%
Patrimonial	1.552.252	1.353.510	46,13%	51,65%	14,28%	17,19%
Pessoas coletivo	508.057	567.936	26,06%	21,10%	40,57%	40,93%
Rural	493.936	445.405	60,81%	54,69%	18,13%	19,69%
Riscos financeiros	331.106	262.554	51,98%	61,30%	22,64%	28,46%
Aeronáuticos	372.469	230.329	42,26%	135,56%	3,02%	3,19%
Marítimos	92.279	85.907	48,39%	59,09%	4,22%	5,19%
Responsabilidades	88.315	80.149	17,45%	289,56%	13,69%	16,14%
Riscos especiais	76.283	47.282	33,75%	420,87%	0,28%	-3,12%
Demais	294.358	364.087	39,41%	34,65%	22,65%	28,11%
Total	**6.955.100**	**6.282.125**	**49,26%**	**64,24%**	**18,94%**	**22,21%**

	2020	2019 (reapresentado)
b) Prêmios emitidos	**6.746.361**	**6.048.105**
Prêmios diretos e aceitos	7.040.021	6.177.236
Prêmios emitidos	9.032.342	8.900.398
Prêmios cancelados	(1.891.315)	(2.618.780)
Prêmios restituídos	(101.006)	(104.382)
Prêmios de cosseguros cedidos	(293.660)	(129.131)
c) Variação das provisões técnicas	**208.739**	**234.020**
Provisão de prêmio não ganhos PPNG+RVNE	208.736	234.287
Provisão de excedente técnico - PET	3	(267)
d) Sinistros ocorridos	**(3.425.879)**	**(4.030.059)**
Sinistros	(3.504.787)	(3.887.237)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(50.621)	(32.908)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(11.280)	(200.744)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(244.748)	(187.395)
Serviço de assistência	(153.700)	(160.359)
Salvados à venda	346.414	232.484
Salvados estimados	(5.517)	39.391
Ressarcimentos	255.806	235.846
Repasse de ressarcimentos	(11.814)	(15.849)
Outras despesas com sinistros	(45.632)	(53.288)
e) Custo de aquisição	**(1.317.009)**	**(1.403.408)**
Comissões	(1.223.415)	(1.266.569)
Recuperação de comissões	3.495	3.249
Despesas com inspeção de riscos	(16.955)	(23.073)
Despesas com apólices e/ou contratos	(42.365)	(68.853)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(37.769)	(48.162)
f) Outras receitas e despesas operacionais	**(333.927)**	**(236.897)**
Apólices e contratos	(97.767)	(145.574)
Despesas com cobrança	(11.749)	(15.395)
Contingências cíveis	8.651	(56.577)
Endomarketing	(28.499)	(9.120)
Serviços de terceiros	(94.778)	(59.477)
Rastreadores	(29.691)	(26.173)
Redução ao valor recuperável	(56.742)	46.154
Operações com DPVAT	–	8.382
Outras despesas	(23.352)	20.883
g) Resultado com operações de resseguro (*)	**(842.348)**	**60.609**
Receita com resseguro	**832.121**	**1.380.428**
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	731.784	1.193.459
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	10.529	14.802
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	4.942	116.637
Provisão de despesas relacionadas - PDR	84.866	55.436
Receita com participação	–	94
Despesas com resseguro	**(1.708.121)**	**(1.341.068)**
Prêmios de resseguro - direto	(2.079.978)	(1.355.766)
Prêmios de resseguro - cosseguro aceito	(76.693)	(26.376)
Prêmios de resseguro cancelados	227.952	89.666
Prêmios de resseguro restituídos	36.230	20.829
Prêmios de resseguro - ajustes e reintegração	(2.689)	(4.724)
Salvados e ressarcimentos	(18.793)	(23.104)
Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro	216.323	(38.569)
Outras despesas com resseguro	(10.473)	(3.024)
Outros resultados com resseguro	**33.652**	**21.249**

(*) Variação ocorrida principalmente por aumento de cessão e redução dos sinistros na carteira de grandes riscos.

	2020	2019 (reapresentado)
h) Despesas administrativas	**(819.717)**	**(647.876)**
Pessoal próprio	(415.041)	(309.374)
Serviços de terceiros	(245.831)	(190.570)
Localização e funcionamento	(132.092)	(139.444)
Publicidade e propaganda	(14.345)	(17.809)
Outras despesas administrativas	(12.408)	9.321
i) Despesas com tributos	**(174.088)**	**(140.933)**
COFINS	(119.010)	(102.278)
COFINS - Crédito tributário	(14.158)	(7.375)
PIS	(20.702)	(17.158)
PIS- Crédito tributário	(2.301)	(1.164)
Taxa de fiscalização	(5.276)	(4.963)
Outras despesas com tributos	(12.641)	(7.995)
j) Resultado financeiro	**312.572**	**212.664**
Receitas financeiras	**836.864**	**288.740**
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	118.834	155.300
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	105.603	46.095
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	33.234	22.951
Rendimentos equivalente de caixa	223	217
Juros de prêmios	14.558	22.177
Oscilação cambial (*)	487.627	3.554
Atualização monetária dos créditos tributários	26.859	1.059
Atualização monetária de depósitos judiciais	25.138	7.841
Outras receitas financeiras	24.788	29.546
Despesas financeiras	**(524.292)**	**(76.076)**
Oscilação cambial (*)	(391.295)	(28.140)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	(95.325)	(3.988)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(24.531)	(19.232)
Despesas financeiras de juros	(13.141)	(24.716)

(*) Variação decorrente principalmente pelo aumento do dólar no exercício de 2020.

k) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO MAPFRE por meio das suas entidades legais (MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantém firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros, Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, o contrato de locação atípica inicial foi segregado ficando o GRUPO MAPFRE com 40,03% da área locada e por consequência as obrigações com a remuneração da locatária. • *Call Center* localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros, Banco do Brasil e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimentos do GRUPO MAPFRE. O GRUPO MAPFRE avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício foram atualizados pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, conforme demonstrados a seguir:

Seguradora

Arrendamento	Pagamentos até 1 ano Valor presente	Pagamentos até 1 ano Valor futuro	Pagamentos de 1 a 5 anos Valor presente	Pagamentos de 1 a 5 anos Valor futuro	Pagamentos acima de 5 anos Valor presente	Pagamentos acima de 5 anos Valor futuro	Total de pagamentos Valor presente	Total de pagamentos Valor futuro	Despesas de arrendamento
Edifício Torre Alfa	20.291	20.325	65.021	114.485	76.686	203.114	161.998	337.924	24.606
Call Center - São Carlos	2.943	4.357	4.415	6.887	–	–	7.358	11.244	4.279
Total	**23.234**	**24.682**	**69.436**	**121.372**	**76.686**	**203.114**	**169.356**	**349.168**	**28.885**

GRUPO MAPFRE

Arrendamento	Pagamentos até 1 ano Valor presente	Pagamentos até 1 ano Valor futuro	Pagamentos de 1 a 5 anos Valor presente	Pagamentos de 1 a 5 anos Valor futuro	Pagamentos acima de 5 anos Valor presente	Pagamentos acima de 5 anos Valor futuro	Total de pagamentos Valor presente	Total de pagamentos Valor futuro	Despesas de arrendamento
Edifício Torre Alfa	22.431	22.468	71.879	126.559	84.774	224.535	179.083	373.562	27.201
Call Center - São Carlos	3.254	4.816	4.880	7.613	–	–	8.134	12.430	4.730
Total	**25.685**	**27.284**	**76.759**	**134.172**	**84.774**	**224.535**	**187.217**	**385.992**	**31.931**

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2020 Imposto de renda	2020 Contribuição social	2019 Imposto de renda	2019 Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	**326.837**	**326.837**	**69.086**	**69.086**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(81.685)	(49.026)	(17.247)	(10.363)
Diferenças temporárias	5.988	3.593	(12.107)	(7.264)
Diferenças permanentes	(1.676)	(500)	(552)	(210)
Sinistros rurais	14.214	–	15.945	–
Prejuízo fiscal e base negativa	18.955	13.780	4.195	5.351
Deduções incentivadas	3.949	–	1.511	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(40.255)**	**(32.153)**	**(8.255)**	**(12.486)**
Constituição/Reversão de crédito tributário	(24.943)	(17.373)	7.911	1.913
Ajustes relativos a exercícios anteriores	4.489	7.290	(268)	51
Ajustes relativos a exercício corrente	63	38	–	–
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(60.646)**	**(42.198)**	**(612)**	**(10.522)**
Alíquota efetiva (%)	19%	13%	1%	15%

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	2019	Constituições	Reversões	Saldo de incorporação (nota 1a)	2020
Tributos a compensar	97.335	45.639	(42.560)	–	100.414
PIS/COFINS sobre PSL e IBNR	60.949	–	(21.154)	–	39.795
Tributos retidos na fonte	3.437	6.674	(5.270)	22	4.863
Total circulante	**161.721**	**52.313**	**(68.984)**	**22**	**145.072**
Diferenças temporárias:					
Contingências tributárias	131.693	11.672	(8.137)	–	135.228
Contingências cíveis	41.372	18.284	(38.724)	–	20.932
Provisão para riscos de crédito	61.434	68.203	(56.035)	–	73.602
Provisão para participação nos lucros	26.526	154.452	(158.843)	–	22.135
Contingências trabalhistas	24.352	4.389	(5.715)	59	23.085
Outras provisões	11.079	213.363	(208.147)	–	16.295
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(20.256)	(86.185)	45.607	–	(60.834)
Prejuízo fiscal e base negativa	680.632	–	(36.598)	–	644.034
PIS/COFINS sobre PSL e IBNR	37.672	15.057	(10.362)	–	42.367
Total não circulante	**994.504**	**399.235**	**(476.954)**	**59**	**916.844**

Ativo	2018	Constituições	Reversões	Saldo de incorporação (nota nº 32b)	2019
Tributos a compensar	75.001	3.865	(1.071)	19.540	97.335
PIS/COFINS	49.780	59.895	(64.709)	15.983	60.949
Tributos retidos na fonte	2.607	4.046	(3.221)	5	3.437
Total circulante	**127.388**	**67.806**	**(69.001)**	**35.528**	**161.721**
Diferenças temporárias:					
Contingências tributárias	69.356	4.441	(4.071)	61.967	131.693
Contingências cíveis	17.129	35.732	(14.351)	2.862	41.372
Provisão para riscos de crédito	71.123	1.698.433	(1.717.819)	9.697	61.434
Provisão para participação nos lucros	12.663	224.872	(211.009)	–	26.526
Contingências trabalhistas	15.842	3.651	(1.443)	6.302	24.352
Outras provisões	8.327	171.773	(170.834)	1.813	11.079
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(9.462)	184.356	(194.874)	(276)	(20.256)
Prejuízo fiscal e base negativa	690.178	35.050	(44.596)	–	680.632
PIS/COFINS	33.433	32.938	(36.663)	7.964	37.672
Total não circulante	**908.589**	**2.391.246**	**(2.395.660)**	**90.329**	**994.504**

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos conforme quadro abaixo:

Ano	%
2021	5,38%
2022	6,49%
2023	8,32%
2024	11,32%
2025	11,72%
Anos subsequentes	56,78%
Total	**100,00%**

30. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R$ 1.687 (R$ 1.178 em 31 de dezembro de 2019).

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas do GRUPO MAPFRE, empresas que compõem o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura entre as empresas do GRUPO MAPFRE, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. A Seguradora mantém operações de resseguro com o IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE Global Risks Compañía Internacional de Seguros y Reaseguros S.A, MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A. e MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

Empresa		2020 Ativo	2020 Passivo	2020 Receita	2020 Despesa	2019 Ativo	2019 Passivo	2019 Receita	2019 Despesa
Aliança do Brasil Seguros S.A.(5)	Coligada	52	16.071	5.852	(1.393)	52	20.380	680	(24)
Banco do Brasil S.A. (7)	Coligada	59.382	–	–	–	94.717	–	–	–
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (5)	Coligada	–	–	–	(2.948)	–	–	–	–
BB Gestão de Recursos - Distrib. de Títulos e Val. Mobil. S.A. (8)	Coligada	–	–	–	(6.278)	–	–	–	(3.029)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (13)	Coligada	–	–	6	(718)	–	–	33	–
Brasilseg Companhia de Seguros (5)	Coligada	34	124	44	3	68	132	172	(74)
Brasilveiculos Companhia de Seguros (Incorporada)	Coligada	–	–	–	–	–	–	–	(72.118)
Clube Previvida de Seguridade (5)	Coligada	976	870	9.522	(4.247)	2.009	855	25.949	(8.675)
IRB Brasil Resseguros S.A. (4)	Coligada	1.301.446	212.753	463.814	(693.146)	1.295.473	211.738	618.892	(892.560)
MAC Investimentos S.A. (1)/(5)	Coligada	97	67	181	(1.560)	–	–	82	(224)
MAPFRE Assistência Ltda. (1)/(2)/(5)	Coligada	210	3	73	(25.804)	2	–	46	93
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)/(5)	Acionista Indireta	–	6.511	22.919	(4)	–	–	211	(14)
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)/(5)	Coligada	13.682	399	21.454	(40.314)	16.443	–	1.844	(18.221)
MAPFRE Global Risks Compañía Internacional de Seguros y Reaseguros S.A. (4)	Coligada	4.034	–	–	(3.253)	14.168	398	8.796	(2.725)
MAPFRE Investimentos e Participações S.A. (1)	Coligada	34	–	–	(342)	–	–	–	–
MAPFRE Investimentos Ltda.(1)/(5)	Coligada	74	6	699	–	–	–	24	(3)
MAPFRE Participações S.A.(14)	Acionista Direta	–	53.198	–	–	–	–	–	
MAPFRE Previdência S.A. (1)	Coligada	213	91	5.576	(595)	–	–	–	(197)
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A. (4)	Coligada	438.125	164.736	314.164	(533.184)	360.543	75.020	5.234	(340.183)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	Coligada	337.123	119.425	151.212	(189.329)	195.120	16.647	92.715	(71.207)
MAPFRE Saúde Ltda.(1)/(12)	Coligada	201	–	126	(1.370)	–	–	–	(11.919)
MAPFRE Serviços S.A. (Incorporada)	Controlada	–	–	–	–	–	–	8.702	–
MAPFRE Solutions do Brasil Ltda (1) (Incorporada)	Coligada	–	–	–	(570)	–	–	3.069	–
MAPFRE Tech (9)	Coligada	–	–	–	(36.532)	–	–	189	(12.099)
MAPFRE Vida S.A. (1)/(5)	Coligada	8.800	5	944	(79.141)	13.226	13	6	(71.950)
Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)/(5)	Coligada	52	3	24	(407)	–	–	2	(2)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)/(5)	Coligada	724	–	376	(7.099)	–	–	18	–
Demais empresas (5)/(10)/(11)	Coligada	449	539	62	(1.388)	625	845	783	(570)
Total		**2.165.708**	**574.801**	**997.048**	**(1.629.619)**	**1.992.446**	**326.028**	**767.447**	**(1.505.701)**

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.

(2) Refere-se a serviços com serviços de assistência 24h.

(3) Refere-se a compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros.

(4) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

(5) Refere-se as atividades operacionais da Seguradora.

(6) Seguro dos Administradores e Correlatos.

(7) Saldos de contas correntes.

(8) Despesa com taxa de administração de investimentos.

(9) Refere-se a manutenção de sistemas.

(10) Refere-se a despesa com sistema de administração de apólice.

(11) Refere-se a fornecedores de energia elétrica da matriz e suas sedes e fornecimento de vale refeição e alimentação.

(12) Refere-se a convênio médico e odontológico e reembolsos médicos.

(13) Refere-se a previdência privada dos colaboradores.

(14) Refere-se a distribuição de dividendos.

a) Remuneração do pessoal chave da Administração: A remuneração da Administração é estabelecida anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária, os montantes de R$ 6.431 e R$ 3.876 (R$ 5.295 e R$ 1.060 em 31 de dezembro de 2019) são referentes a remuneração e bônus, respectivamente, e o montante de R$ 672 (R$ 602 em 31 de dezembro de 2019) referente a benefícios. A Seguradora não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora. **b) Incorporação da Brasilveiculos Companhia de Seguros:** Essas demonstrações financeiras contemplam a incorporação da Brasilveiculos Companhia de Seguros em 1º de novembro de 2019, a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio, também controlada pela MAPFRE Participações S.A., com o objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais e administrativos. Os acionistas aprovaram a incorporação através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2019 e foi protocolado na SUSEP em 27 de novembro de 2019. **c) Evento Subsequente - Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:** Em janeiro de 2021 a Seguradora teve conhecimento da sentença Arbitral Parcial de um sinistro a liquidar judicial referente a cobertura de danos materiais e lucros cessantes que passou a ser classificada como perda provável. A mudança de probabilidade recente que resultou na alteração relevante na provisão da Seguradora aguarda determinação judicial que fixa valor a título de condenação. A Administração da Seguradora realizou a estimativa da ação, baseando-se no valor em risco da causa e provisionou em fevereiro de 2021 o montante de R$ 709.883 do qual possui 99,988335% de cobertura de resseguro, portanto não terá impacto significante no resultado.

continua

continuação

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

DIRETORIA

AGUSTIN DAVID BELLO CONDE VALDES — **DENIA DE MOURA** — **FRANCISCO EUGENIO LABOURT** — **JULIEN CLAUSSE** — **RAPHAEL DE LUCA JUNIOR** — **SIMONE PEREIRA NEGRÃO**

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0

ATUÁRIA

VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
MAPFRE Seguros Gerais S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador - CRC 1SP252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
MAPFRE Seguros Gerais S.A.
São Paulo - SP
CNPJ: 61.074.175/0001-38

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Seguradora, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Seguradora auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2679

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes
Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial

	2020
Provisões Técnicas	
Provisão de Prêmios Não Ganhos	3.443.873
Provisão de Sinistros a Liquidar	3.095.520
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	440.054
Provisão de Despesas Relacionadas	138.950
Total de Provisões Técnicas	**7.118.397**
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	
Direitos Creditórios	1.447.879
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	488.405
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	429.438
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	1.613.368
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	152.861
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	74.363
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	**4.206.314**
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.763.257
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	717.456
Capital de Risco - Crédito (d)	147.703
Capital de Risco - Mercado (e)	228.294
Capital de Risco - Operacional (f)	44.483
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(202.721)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	**935.215**
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	**935.215**
Suficiência do PLA (a) - (i)	**828.042**

MAPFRE Vida S.A.

CNPJ: 54.484.753/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuários Independentes, referentes à MAPFRE Vida S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e seus impactos: A pandemia de Covid-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. É um momento de grave crise, sem precedentes nos últimos cem anos, com consequências sociais e econômicas a pessoas e empresas. Autoridades de todo o mundo têm tomado medidas restritivas para conter a transmissão da doença. Essas restrições acarretam impactos profundos na economia, uma vez que parte preponderante da atividade econômica pressupõe que as pessoas sejam ativas, socialmente e profissionalmente. Ainda que as incertezas em relação à duração das restrições dificultem a quantificação desses impactos, alguns indicadores de atividade econômica já demonstram sinais de enfraquecimento em bens de consumo e serviços. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia e ao crédito.

Nessa linha, a MAPFRE estabeleceu um Comitê de Crises, que permitiu rapidamente a adoção de medidas para preservar a saúde e a integridade de seus públicos, seguindo estritamente as orientações e determinações das autoridades locais. Estabelecemos pilares de atuação contra os impactos da Covid-19, que o Grupo MAPFRE adotou:

a) Garantir o bem-estar de nossos colaboradores: I. Trabalho remoto às funções em que é possível fazê-lo; II. Comunicação transparente por meio de e-mails, portal interno de colaboradores e vídeos semanais feitos pelo nossos CEOs e Diretores comunicando novidades referentes à Covid-19; III. Plano de retomada de forma gradativa; IV. Disponibilização de aplicativo para colaboradores, com monitoramento diário (verificador de sintomas, orientação médica on-line 24h, atendimento por vídeo chamada e informações sobre cuidado e prevenção do novo Coronavírus).

b) Buscar as melhores soluções para atender nossos clientes da melhor maneira possível: I. De serviços gratuitos de Orientação Médica por Telefone (OMT) aos segurados de vida e telemedicina no programa MAPFRE Cuidando de Você; II. Inclusão da cobertura em caso de morte por infecção pela Covid-19 nas apólices de vida, habitacional e prestamista. Para o habitacional, é preciso que a cobertura por morte e invalidez permanente esteja contemplada na contratação da apólice; III. Renovação do seguro auto, residencial e rural com as mesmas condições e preços de 2019. IV. Ampliação de atividades profissionais cobertas no seguro residencial, beneficiando microempreendedores individuais que levaram seus negócios para casa. Com isso, as atividades amparadas pela cobertura "Pequeno Empreendedor", passaram de 13 para 24 categorias. O seguro residencial garante, ainda, a estes profissionais, assistência 24 horas e suporte complementar, como proteção digital e *help desk*. V. Reforço das soluções digitais para a realização de procedimentos como vistoria e perícia de automóveis.

c) Manter o funcionamento normal das operações em condições anormais: I. Reduzimos o tempo de pagamento às oficinas, além de pagamento adicional aos estabelecimentos com processo de higiene para prevenção do coronavírus; II. Atualização do valor do bônus performance para as assistências 24h, um adicional acordado entre a MAPFRE e os prestadores que entregam serviços com qualidade acima dos parâmetros exigidos; III. Oferta de treinamentos on-line à rede de prestadores em conjunto com o SEBRAE. No campo social, por meio da Fundación MAPFRE, apoio a projetos que ajudaram a população no combate ao coronavírus, sobretudo, os grupos menos favorecidos. Doação de mais R$ 16 milhões para apoio a iniciativas de instituições governamentais e entidades de saúde, tanto de prevenção da disseminação da pandemia, quanto no tratamento da infecção.

Prêmios Emitidos: Os prêmios emitidos da Seguradora totalizaram R$ 821,9 milhões no exercício de 2020, com redução de R$ 47,2 milhões, o que representa (5,4%) em relação ao exercício de 2019, reflexo principalmente dos efeitos da pandemia sobre as vendas.

Sinistralidade: A sinistralidade da Companhia no exercício de 2020 foi de 64,2% com um aumento de 5,5 p.p. em relação ao exercício de 2019 por causa da elevação das indenizações relacionadas à Covid-19.

Despesas Administrativas: No exercício de 2020, o índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 13,4%, que totalizaram apresentando um aumento de 0,8 p.p. em relação ao exercício de 2019. Já em valores absolutos as despesas administrativas totalizaram R$ 110,5 milhões, R$ 2,3 milhões superior ao montante apurado no mesmo período do ano anterior que foi de R$ 108,2 milhões.

Resultado Financeiro: As receitas financeiras totalizaram R$ 51,3 milhões no exercício de 2020, aumento de R$ 15,5 milhões ou crescimento de 43,2% em relação ao exercício anterior.

Resultado do Exercício: O lucro líquido totalizou no exercício de 2020 R$ 30,3 milhões, registrando redução de R$ 32,9 milhões, ou (52,1%) em relação ao exercício de 2019.

Índice Combinado: O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), no exercício de 2020 foi de 100,02%, aumento de 8,13 p.p. em relação aos 91,9% do exercício de 2019. Esta variação decorre, do aumento de 5,8 p.p. do índice de sinistralidade. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2020 foi de 92,9%, aumento de 5,2 p.p. em relação aos 87,7% do exercício de 2019.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos: Os acionistas da MAPFRE Vida S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Controles Internos: A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, a MAPFRE Vida S.A. realiza testes de controles internos, que visão prevenir autuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade as práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance: O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e alterações e com o intuito de evitar a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação: Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/18.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Circulante		**434.239**	**934.790**	**811.085**
Disponível	5	**315**	**1.183**	**2.107**
Caixa e bancos		315	1.183	2.107
Equivalente de caixa	5	**4.672**	**2.231**	**4.007**
Aplicações	6	**230.268**	**721.261**	**635.833**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**158.150**	**160.433**	**119.348**
Prêmios a receber	7	132.299	141.788	83.229
Operações com seguradoras	8a	24.082	16.234	30.964
Operações com resseguradoras	9a	1.769	2.411	5.155
Outros créditos operacionais		**2.707**	**6.586**	**3.262**
Ativos de resseguro e provisões técnicas	9a	**2.629**	**2.465**	**2.120**
Títulos e créditos a receber		**24.637**	**31.205**	**32.014**
Títulos e créditos a receber		746	1.616	878
Créditos tributários e previdenciários	26b	22.743	27.924	28.795
Outros créditos		1.148	1.665	2.341
Outros valores e bens		**223**	–	–
Outros valores		223	–	–
Despesas antecipadas		**1.221**	**655**	**4.804**
Custos de aquisição diferidos	10	**9.417**	**8.771**	**7.590**
Seguros		9.417	8.771	7.590
Ativo não circulante		**767.479**	**327.374**	**354.326**
Realizável a longo prazo		**744.528**	**298.246**	**318.901**
Aplicações	6	**567.843**	**117.961**	**118.291**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**783**	**–**	**–**
Prêmios a receber	7	783	–	–
Ativos de resseguro e provisões técnicas	9a	**1.677**	**1.063**	**2.402**
Títulos e créditos a receber		**167.914**	**178.774**	**197.349**
Créditos tributários e previdenciários	26b	149.606	164.267	183.429
Depósitos judiciais e fiscais	23a	18.308	14.507	13.920
Custos de aquisição diferidos	10	**6.311**	**448**	**859**
Seguros		6.311	448	859
Investimentos		**3.777**	**3.753**	**3.794**
Participações societárias		377	276	240
Imóveis destinados à renda	11	3.400	3.477	3.554
Imobilizado	12	**119**	**227**	**385**
Bens móveis		119	210	316
Outras imobilizações		–	17	69
Intangível	13	**19.055**	**25.148**	**31.246**
Outros intangíveis		19.055	25.148	31.246
Total do ativo		**1.201.718**	**1.262.164**	**1.165.411**

Passivo	Nota	2020	31/12/2019 (reapresentado)	01/01/2019 (reapresentado)
Circulante		**409.681**	**480.571**	**455.449**
Contas a pagar		**27.626**	**46.199**	**36.037**
Obrigações a pagar	14	24.447	38.544	31.974
Impostos e encargos sociais a recolher		1.201	1.373	1.255
Encargos trabalhistas		1.322	1.066	977
Impostos e contribuições	15	656	5.216	1.831
Débitos de operações com seguros e resseguros		**49.966**	**50.073**	**44.315**
Prêmios a restituir		105	103	105
Operações com seguradoras	8b	17.255	19.411	19.500
Operações com resseguradoras	9b	3.066	2.885	6.603
Corretores de seguros e resseguros	16	20.654	22.327	15.650
Outros débitos operacionais	17	8.886	5.347	2.457
Depósitos de terceiros	18	**52.913**	**55.326**	**19.178**
Provisões técnicas - seguros	19	**279.176**	**328.973**	**355.919**
Danos		66	69	96
Pessoas		244.357	273.292	315.319
Vida individual		34.753	55.612	40.504
Passivo não circulante		**265.710**	**290.044**	**271.833**
Provisões técnicas - seguros	19	**248.306**	**265.303**	**243.322**
Pessoas		243.873	260.760	226.062
Vida individual		4.433	4.543	17.260
Outros débitos	23	**17.404**	**24.741**	**28.511**
Provisões judiciais		17.404	24.741	28.511
Patrimônio líquido	24	**526.327**	**491.549**	**438.129**
Capital social		415.166	415.166	415.166
Reservas de lucros		90.861	67.784	19.592
Ajustes de avaliação patrimonial		20.300	8.599	3.371
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.201.718**	**1.262.164**	**1.165.411**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019 (reapresentado)
Prêmios emitidos	25b	821.877	869.062
(–) Variações das provisões técnicas de prêmios	25c	17	(10.643)
(=) Prêmios ganhos	25a	**821.894**	**858.419**
(–) Sinistros ocorridos	25d	(527.318)	(500.971)
(–) Custos de aquisição	25e	(140.120)	(162.021)
(+/–) Outras receitas e despesas operacionais	25f	(22.281)	3.880
(+/–) Resultado com operações de resseguro	25g	**(543)**	**(3.174)**
(+) Receitas com resseguro		9.903	10.062
(–) Despesas com resseguro		(10.446)	(13.236)
(–) Despesas administrativas	25h	(110.480)	(108.159)
(–) Despesas com tributos	25i	(21.309)	(18.311)
(+) Resultado financeiro	25j	51.252	35.792
(+) Resultado patrimonial		–	19
(=) Resultado operacional		**51.095**	**105.474**
(+/–) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		–	100
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**51.095**	**105.574**
(–) Imposto de renda	26a	(12.119)	(25.410)
(–) Contribuição social	26a	(7.613)	(15.850)
(–) Participações sobre o resultado		(1.098)	(1.112)
(=) Lucro líquido do exercício		**30.265**	**63.202**
(/) Quantidade de ações		38.245.074	38.245.074
(=) Lucro líquido por ação		0,79	1,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**30.265**	**63.202**
Outros resultados abrangentes	**11.701**	**5.228**
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.501	8.204
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(7.800)	(2.976)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	**41.966**	**68.430**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**415.166**	**16.578**	**3.014**	**3.371**	**–**	**438.129**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	5.228	–	5.228
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	63.202	63.202
Reserva legal	–	3.160	–	–	(3.160)	–
Reserva de investimentos	–	–	45.032	–	(45.032)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(15.010)	(15.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**415.166**	**19.738**	**48.046**	**8.599**	**–**	**491.549**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	11.701	–	11.701
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	30.265	30.265
Proposta para distribuição do resultado						
Reserva legal	–	1.513	–	–	(1.513)	–
Reserva de investimentos	–	–	21.564	–	(21.564)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(7.188)	(7.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**415.166**	**21.251**	**69.610**	**20.300**	**–**	**526.327**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

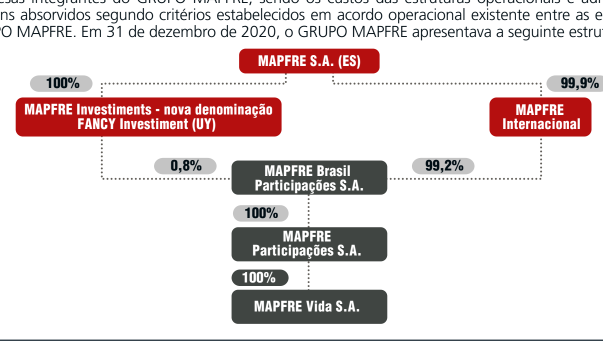
	2020	2019 (reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	30.265	63.202
Ajustes para:	**530.335**	**533.733**
Depreciação e amortização	7.172	7.582
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	9.177	14.632
Variações das provisões técnicas	514.087	511.273
Ganhos ou perdas na alienação de imobilizado	–	(15)
Outros ajustes	(101)	261
Variação nas contas patrimoniais:	**(523.225)**	**(577.367)**
Aplicações	52.812	(79.870)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(2.951)	(58.754)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	(778)	994
Créditos tributários e previdenciários	35.021	34.369
Tributos diferidos	(15.179)	(14.336)
Despesas antecipadas	(566)	4.149
Custos de aquisição diferidos	(6.509)	(770)
Outros ativos	5.513	(3.470)
Depósitos judiciais e fiscais	(11.684)	(587)
Impostos e contribuições	15.338	24.205
Obrigações a pagar	(6.275)	(8.440)
Débitos de operações com seguros e resseguros	2.580	8.796
Depósitos de terceiros	(2.413)	36.148
Provisões técnicas - seguros	(580.881)	(516.238)
Provisões judiciais	(7.337)	(3.770)
Outros passivos	84	207
Caixa gerado pelas operações	**37.375**	**19.568**
Imposto de renda pago sobre o lucro	(12.091)	(12.634)
Contribuição social pago sobre o lucro	(7.807)	(8.186)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**17.477**	**(1.252)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	–	**41**
Investimentos	–	41
Pagamento pela compra:	**(894)**	**(1.489)**
Imobilizado	–	(26)
Intangível	(894)	(1.463)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(894)**	**(1.448)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(15.010)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(15.010)**	**–**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.573**	**(2.700)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**3.414**	**6.114**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**4.987**	**3.414**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e cosseguros nos ramos de pessoas e vida, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2020, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Comparabilidade:** Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 (derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018), as demonstrações do resultado e do fluxo de caixa do exercício de 2019, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência de nova orientação SUSEP, a qual descrevemos: Anteriormente, a Circular SUSEP nº 517/2015 determinava que as operações decorrentes dos consórcios do seguro DPVAT deveriam ser tratadas contabilmente como cosseguro, de modo que as receitas e despesas eram registradas pela Seguradora Líder (administradora do consórcio dos seguros DPVAT) sempre pelo valor bruto e os repasses de receita e as recuperações de despesas transferidas às consorciadas, eram registrados em contas específicas da operação do DPVAT. A partir de janeiro de 2020, entrou em vigor a Circular SUSEP nº 595/2019 e orientação apresentada no Manual de Práticas Contábeis emitido pela SUSEP, os quais definiram que, as operações do seguro DPVAT deverão ser registradas, unicamente, em conta de ativo a receber referente à apuração mensal da margem de resultado em contrapartida de outras receitas operacionais. Conforme orientação da Circular DIAFI nº 007/2020, emitida pela Seguradora Líder do Consócio DPVAT S.A., efetuamos as reclassificações entre ativos e passivos relacionados as operações do Seguro DPVAT, nos saldos de abertura das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, que eram apresentados, substancialmente, nas rubricas de Aplicações financeiras, Provisões técnicas de seguros, Prêmios emitidos e Sinistros ocorridos. Abaixo,

continua